



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS DE PORTO NACIONAL
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

AMANDA SANTOS DE CERQUEIRA

**A IMPLEMENTAÇÃO DA PAZ LIBERAL NAS OPERAÇÕES DE PAZ:
UM ESTUDO DE CASO SOBRE A MINUSTAH (2004-2017)**

Porto Nacional/TO
2025

Amanda Santos de Cerqueira

**A implementação da paz liberal nas operações de paz:
Um estudo de caso sobre a MINUSTAH (2004-2017)**

Monografia foi avaliada e apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Porto Nacional, Curso de Relações Internacionais para obtenção do título de bacharelado e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Orientador (a): Fouchard Louis.

Coorientador (a): Fernando José Ludwig.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

- C416i Cerqueira, Amanda Santos de.
A implementação da paz liberal nas operações de paz: Um estudo de caso sobre a MINUSTAH (2004-2017). / Amanda Santos de Cerqueira. – Porto Nacional, TO, 2025.
66 f.
Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Porto Nacional - Curso de Relações Internacionais, 2025.
Orientador: Fouchard Louis
Coorientador: Fernando José Ludwig
1. Paz Liberal. 2. Operações de Paz. 3. MINUSTAH. 4. Haiti. I. Título

CDD 320

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

**A IMPLEMENTAÇÃO DA PAZ LIBERAL NAS OPERAÇÕES DE PAZ:
UM ESTUDO DE CASO SOBRE A MINUSTAH (2004-2017)**

Monografia foi avaliada e apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Porto Nacional, Curso de Relações Internacionais para obtenção do título de bacharelado e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: 11 / 02 / 2025

Banca Examinadora

Documento assinado digitalmente
 **FOUCHARD LOUIS**
Data: 14/06/2025 12:30:51-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Me. Fouchard Louis, UFT

Documento assinado digitalmente
 **FERNANDO JOSE LUDWIG**
Data: 16/06/2025 13:47:11-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Fernando José Ludwig, UFT

Prof. Dr. Ítalo Beltrão Sposito, UFT

Documento assinado digitalmente
 **FABIO DE SOUZA ROCHA**
Data: 20/06/2025 14:11:09-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Me. Fábio de Souza Rocha, UNIJORGE

*Dedico este trabalho aos meus pais, Domingos
Escórcio e Maria Santos, maiores apoiadores
e incentivadores de minha carreira.*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por todas as bênçãos e desafios em minha vida acadêmica, reconhecendo que foram essenciais para minha evolução espiritual, pessoal e profissional. Também sou grata a mim mesma pela resiliência e confiança em abraçar meus sonhos com coragem.

Agradeço, de maneira inestimável, aos meus pais, Domingos Escórcio e Maria Cerqueira, e ao meu irmão, Tiago Cerqueira. Acima de tudo, sou grata pelo companheirismo e esforços dedicados a mim nessa jornada, mesmo à distância. O apoio e incentivo para que eu fosse quem sou hoje me motivaram a conquistar meus objetivos.

Agradeço ao corpo docente do curso de Relações Internacionais pela dedicação e competência. Em especial, sou grata aos meus orientadores, Fouchard Louis e Fernando Ludwig, que me auxiliaram com atenção e comprometimento ao longo da minha pesquisa. Também agradeço ao professor Fernando Furquim, que, além de excelente docente, foi um grande apoio e se tornou um amigo muito querido.

À minha maior rede de apoio nesses quatro anos, expresso minha gratidão às amigas de turma que se tornaram família. Emilly Otoni, Marcelly Viana e Ana Paula da Silva foram ombro amigo e compartilharam comigo as alegrias e desafios da vida com acolhimento e leveza, criando memórias inesquecíveis. Sem vocês, muitas experiências não teriam sido as mesmas. Obrigada por tudo!

Agradeço também às minhas grandes amigas, Telwillla Vitória e Wellyda Vieira. Sou profundamente grata pelo carinho, confiança e lealdade que construímos ao longo desse período. Tenho certeza de que a jornada acadêmica foi mais leve e especial com vocês ao meu lado.

Por fim, agradeço à minha psicóloga, Monique Santana, pelo suporte e direcionamento em momentos desafiadores. Seu profissionalismo e dedicação foram fundamentais para minha persistência e resiliência ao longo dessa jornada.

RESUMO

Esta pesquisa analisa a atuação da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH) e suas implicações nas dinâmicas das relações internacionais. O objetivo é compreender como a missão foi implementada e de que forma suas consequências refletem padrões históricos de dominação. Para isso, adota-se uma metodologia baseada em análise bibliográfica e pesquisa documental. A revisão de literatura publicada por vieses escritos e eletrônicos, enquanto a pesquisa documental fundamenta-se em documentos oficiais do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), incluindo resoluções que estabeleceram e orientaram a MINUSTAH desde sua criação até sua dissolução. O resultado indica que a missão reforçou estruturas de poder assimétricas e aprofundou desigualdades ao adotar soluções alheias às realidades locais. Conclui-se que a imposição de modelos liberais de resolução de conflitos, como o *peacebuilding*, em contextos de instabilidade, apresenta limitações significativas e contribui para a perpetuação de dinâmicas de dominação.

Palavras-chave: Haiti; Operações de paz; MINUSTAH; Paz Liberal; ONU.

ABSTRACT

This research analyzes the role of the United Nations Stabilization Mission in Haiti (MINUSTAH) and its implications for the dynamics of international relations. The objective is to understand how the mission was implemented and how its consequences reflect historical patterns of domination. To achieve this, the study adopts a methodology based on bibliographic analysis and documentary research. The literature review includes both printed and electronic sources, while the documentary research is grounded in official documents from the United Nations Security Council (UNSC), including resolutions that established and guided MINUSTAH from its inception to its dissolution. The results indicate that the mission reinforced asymmetric power structures and deepened inequalities by adopting solutions detached from local realities. It is concluded that the imposition of liberal models of conflict resolution, such as peacebuilding, in contexts of instability, presents significant limitations and contributes to the perpetuation of domination dynamics.

Key-words: Haiti; Peace operations; MINUSTAH; Liberal Peace; UN

LISTA DE ABREVIACÕES

ONU – Organização das Nações Unidas

MINUSTAH – Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti

OIGs – Organizações Internacionais Governamentais

FMI – Fundo Monetário Internacional

FDI – *Foreign Direct Investments* (Investimentos Estrangeiros Diretos)

BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

CSNU – Conselho de Segurança das Nações Unidas

R2P – *Responsibility to Protect* (Responsabilidade de Proteger)

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

MONUSCO – Missão da ONU para a Estabilização na República Democrática do Congo

UNIMISS – Missão da ONU no Sudão do Sul

UNCTAD – *United Nations Conference on Trade and Development* (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento)

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – A typology of Violence	20
Figura 2 – Mapa político da ilha de Hispaniola	47
Figura 3 – Investimentos externos no Haiti (2004-2017)	52

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. O DESENVOLVIMENTO DO CONCEITO DE PAZ	18
2.1 A paz liberal	23
3. SISTEMA ONU DE OPERAÇÕES DE PAZ	29
3.1 A evolução das operações de paz: do peacekeeping tradicional ao peacebuilding	29
3.2 Principais críticas	38
4. ESTUDO DE CASO – MINUSTAH	45
4.1. Contexto histórico- da colonização à Minustah	46
4.2 A Minustah: estruturação e objetivos	50
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
REFERÊNCIAS	60

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho se inicia com o questionamento principal - Como a operação de *peacebuilding* praticada pela ONU evidenciou as problemáticas da implementação do modelo de paz liberal? Tendo como estudo de caso a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH).

O conceito de Paz em si gera debates e embates bem diversos e cheios de contradições e contraposições. Os estudos de paz surgiram em um período de marcos históricos de grande relevância para as Relações Internacionais. Cercada inicialmente pelo viés clássico realista, as teorizações sobre a paz cresceram num ambiente de conflitos concentrados no período de guerras do século XX e posteriormente, teorias mais avançadas que ultrapassam o Realismo surgiram trazendo pontos de vista diferentes acerca da construção e/ou manutenção da paz (Richmond, 2023). Uma vez que, para uns, a paz é apenas a ausência de violência, para outros, vai além do conflito armado e da ausência de violência. Sendo assim, os estudos dessa categoria permanecem trazendo problematizações em relação a sua definição, pois posicionamentos mais críticos trazem exemplos de diversos fatores que devem ser levados em consideração ao se definir o que seria o estado de paz.

Segundo a carta das Nações Unidas, no capítulo VII intitulado “Ação em Caso de Ameaça à Paz, Ruptura da Paz e Ato de Agressão”, do artigo 39º ao 51º, é citado que o Conselho de Segurança será quem decidirá quais ameaças serão reconhecidas e quais recomendações e ações serão utilizadas e aplicadas diante do que for acordado entre os membros, além de mediar conflitos através de intervenções militares (Nações Unidas, 1945). Assim, as operações são planejadas a partir das normas criadas pela Organização das Nações Unidas (ONU), na qual são aplicadas e monitoradas pelo conselho de segurança, ou seja, elas servem ao propósito da manutenção e reestruturação do Estado (*statebuilding*), ou parte dele, seja no campo político, econômico, social ou todos juntos, com o propósito final de reconstruir a paz (*peacebuilding*).

Atualmente, a ONU é a organização internacional de maior influência no que se refere às operações de paz. Seu histórico de atuação se estende desde meados do século XIX e caracteriza-se pela busca de formas pacíficas de resolução de conflitos, utilizando a mediação neutra para solucionar disputas (Herz, Hoffmann, 2024). O período de maior funcionalidade e relevância das Nações Unidas ocorreu no pós-Guerra Fria, quando a globalização e os diversos conflitos ao redor do mundo passaram a destacar o papel da organização. Como consequência, houve uma ampliação da hegemonia das grandes potências ocidentais, que se

consolidaram como os principais agentes da expansão do liberalismo, sobretudo ao exportar seu modelo de desenvolvimento como a única solução eficaz para os desafios globais.

O liberalismo predomina nas relações internacionais e, por extensão, influencia diretamente as operações de paz. Os valores liberais, associados à defesa da paz, são amplamente difundidos, e sua prevalência se dá por meio de um sistema hierarquizado e desigual, que fomenta relações de poder assimétricas. Baseadas em fundamentos que refletem um modelo ocidental, eurocêntrico e hegemônico de paz, essas estruturas de poder perpetuam-se, estendendo sua influência até a concepção de democracia (Blanco, 2014).

Esse é o principal argumento levantado pela ONU ao instaurar uma operação de paz. No entanto, como abordado neste trabalho, os atores envolvidos carregam interesses próprios dentro do sistema internacional, buscando favorecer determinadas agendas diante das problemáticas existentes. Essas ações, controladas por hegemonias, ocorrem sem a devida compreensão do contexto local, priorizando a resolução dos conflitos sob a ótica liberal, que enfatiza a democracia, a abertura econômica e os direitos humanos (Paris, 2004). Difunde-se, assim, a ideia de que a promoção desses valores e modelos seria suficiente para garantir a estabilidade e encerrar os conflitos. Entretanto, ao impor um padrão único, as operações de paz frequentemente falham em investigar a fundo as raízes dos conflitos e em propor soluções adaptadas às realidades locais (Paris, 2004). E é nesse contexto que surge o modelo denominado “paz liberal”.

O objeto desta pesquisa é a MINUSTAH, enviada ao país em 2004 com finalidade de restaurar a estabilidade. O Haiti possui um histórico de fragilidade estatal, e esse contexto levou a ONU a estabelecer uma operação cujos impactos perduram até os dias atuais. No entanto, a retirada das tropas ocorreu sem que houvesse uma resolução efetiva dos problemas estruturais do país, resultando em um cenário de desamparo para a população. A precariedade social se manteve, agravada por surtos de doenças, desastres ambientais e o crescimento da violência urbana.

O objetivo geral desta pesquisa é demonstrar de que maneira o modelo liberal de paz, implementado por meio da MINUSTAH, não apenas falhou em conseguir resolver os desafios estruturais do país, mas também expôs e, em certos aspectos, intensificou as problemáticas já existentes no Haiti. Nesse sentido, será realizada uma análise para examinar a geopolítica do Haiti, os motivos e justificativas para a criação da MINUSTAH, os principais atores envolvidos, a duração da missão e suas metas estabelecidas.

A escolha desta problemática se justifica pela necessidade de compreender como a intervenção da ONU influenciou as dinâmicas políticas, sociais e econômicas do país,

considerando os desafios de reconstrução e estabilização de um Estado que enfrentou longos períodos de instabilidade e intervenção externa. Em situações de conflito, seja de natureza civil, religiosa, política ou caracterizado como um Estado falido, a adoção de acordos comerciais e políticas internacionais voltadas para intervenções externas, resultam na perda de sua autonomia. Isso ocorre porque tais medidas impõem soluções formuladas por atores externos que não estão plenamente inseridos no contexto real do conflito, limitando a capacidade do Estado de gerir seu próprio sistema.

Além disso, essas intervenções frequentemente levam ao apagamento histórico e social, à perpetuação das violências, da exploração e da marginalização dinâmicas herdadas do colonialismo e mantidas pelas relações de subordinação de determinados territórios dentro do sistema internacional. Logo, a hipótese levantada nesta pesquisa é de que a implementação da Paz Liberal por meio da MINUSTAH não conseguiu resolver os desafios estruturais do Haiti, uma vez que a implementação intensificou problemáticas já existentes, como desigualdades e dinâmicas de dominação. Dessa forma, a imposição de um modelo universal de resolução de conflito, ao desconsiderar as realidades locais e históricas, repetem padrões de poder e assimetrias que impedem a construção de uma paz sustentável.

Diante desse cenário, este trabalho analisa as características da paz liberal e os impactos de sua implementação nas operações de paz. O *peacebuilding* é investigado como ferramenta para a introdução do modelo liberal na construção da paz. O estudo de caso aborda a MINUSTAH, com um recorte temporal de 2004 a 2017.

Para a realização da pesquisa, foi utilizado o método de pesquisa qualitativo com caráter exploratório e dedutivo com análise de conteúdo interpretativa, isso deve-se à necessária análise do contexto social e dos ocorridos contribuintes para a formação da problemática. De acordo com Gil (1999), a metodologia qualitativa é uma abordagem de pesquisa que se concentra na compreensão aprofundada dos fenômenos sociais, culturais e comportamentais, enfatizando a interpretação dos significados e experiências dos indivíduos em seus contextos específicos. Essa metodologia é especialmente útil para explorar questões subjetivas, compreender processos sociais e obter insights sobre comportamentos humanos (Gil, 1999).

A revisão bibliográfica é um procedimento metodológico que oferece ao pesquisador a possibilidade de buscar soluções para seu problema de pesquisa por meio da análise de literatura existente. Segundo Marconi e Lakatos (2003), a revisão bibliográfica permite identificar lacunas no conhecimento, fundamentar teoricamente um estudo e orientar a formulação de hipóteses e objetivos. Ademais, possibilita ao pesquisador situar seu trabalho

no contexto das pesquisas já realizadas, garantindo uma base sólida para o desenvolvimento do estudo (Marconi, Lakatos, 2003). Dessa forma, a metodologia deste trabalho é baseada em análise bibliográfica e pesquisa documental.

A pesquisa é feita por meio da revisão de literatura retirada de bibliotecas virtuais e repositórios universitários, utilizando artigos científicos e acadêmicos, livros sobre estudos de Segurança Internacional e estudos da paz, enquanto a pesquisa documental fundamenta-se em documentos oficiais do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), incluindo resoluções que estabeleceram e orientaram a MINUSTAH na sua criação. A abordagem teórica é fundamentada nos estudos de Paz sob o olhar das próprias visões e conceitos sobre paz dentro das Relações Internacionais a fim de desmistificar os mecanismos utilizados pelo liberalismo junto às suas estruturas organizacionais com foco na crítica à Organizações Internacionais, como a ONU, questionando sua “neutralidade”.

Também foi realizado um estudo de caso sobre a MINUSTAH. Estudo de caso é uma estratégia de pesquisa qualitativa que envolve a investigação aprofundada de um caso específico, seja ele uma pessoa, grupo, organização ou evento, com o objetivo de compreender detalhadamente um fenômeno particular. Segundo Yin (2001), essa abordagem permite uma análise minuciosa das variáveis envolvidas, proporcionando uma compreensão holística do objeto de estudo.

Em relação à estrutura, o trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro capítulo apresenta a definição de paz, traçando um percurso teórico que culmina na Paz Liberal. Este tem um caráter predominantemente teórico, com o intuito de compreender as bases dos modelos hegemônicos de resolução de conflitos e sua aplicação na construção da paz. Como parte da fundamentação, o objetivo é analisar os estudos sobre a paz nas Relações Internacionais e seu desenvolvimento ao longo do tempo.

Nesse contexto, o conceito de paz neste trabalho é delineado com base nas contribuições de Johan Galtung (1969), que desempenhou um papel fundamental na distinção entre Paz Negativa e Paz Positiva, além de formular os conceitos antagônicos de Violência Direta e Violência Estrutural. O referencial teórico é sustentado por obras de autores essenciais para os estudos sobre paz e para as críticas à Paz Liberal, como Oliver Richmond, Roland Paris, José Manuel Pureza, John Paul Lederach, Mac Ginty e Ramon Blanco.

O segundo capítulo da pesquisa trata o sistema da ONU no contexto das operações de paz, abordando seu surgimento, desenvolvimento e adoção universal. O objetivo é compreender os conceitos norteadores das operações de paz da ONU, analisando sua evolução histórica e seus mecanismos de implementação. Inicialmente, enfatiza-se a importância das

duas guerras mundiais e, sobretudo, da Guerra-Fria para a atuação da ONU na busca pela paz. Em seguida, explora-se a trajetória histórica da organização na promoção e manutenção da paz, com foco nos dois principais modelos de operação: o *Peacekeeping* (operações de paz tradicionais) e o *Peacebuilding*, sendo este último surgido como um modelo inovador de construção da paz, impulsionado pela crescente defesa de valores e internacionais como os Direitos Humanos e a Segurança Humana.

Nesse contexto, discute-se como a ONU, enquanto organização internacional de grande abrangência, desempenha um papel central na mediação e manutenção da paz, ao mesmo tempo em que reflete e perpetua relações de poder, sendo influenciada pelos interesses das grandes potências. E é justamente nesse cenário de dominação, disputas de poder e fortalecimento do liberalismo impulsionado pela hegemonia estadunidense no pós Guerra-Fria que a Paz Liberal se sustenta.

No terceiro capítulo, foram aplicadas as abordagens e os debates críticos discutidos nos capítulos anteriores ao caso da MINUSTAH, abrangendo todo o seu mandato, de 2004 a 2017. Este capítulo finaliza a linha de argumentação do trabalho, conectando as discussões anteriores com o caso haitiano. Para isso, apresenta-se o contexto histórico do país, marcado por um passado colonial e frequentes intervenções externas, além dos fatores sociais, políticos e econômicos que contribuíram para sua instabilidade, crise política e profundas desigualdades.

Em suma, os resultados indicam que a missão reforçou estruturas de poder assimétricas e aprofundou desigualdades ao adotar soluções alheias às realidades locais. Conclui-se que a imposição de modelos liberais de resolução de conflitos, como o *peacebuilding*, em contextos de instabilidade, apresenta limitações significativas e contribui para a perpetuação de dinâmicas de dominação. Dessa forma, essa pesquisa pode contribuir para melhorias na visibilidade de conflitos e uma compreensão crítica das estruturas sociais e políticas.

2. O DESENVOLVIMENTO DO CONCEITO DE PAZ

Neste capítulo inicial, o ponto principal é trazer a visão teórica das Relações Internacionais sobre os principais debates críticos que cercam os estudos da paz. O intuito desta parte introdutória é entender como se desenvolveram os estudos de paz levando como referencial o conceito definido por Johan Galtung (1969). Após isto, é apresentada a evolução dos estudos de paz desde o período de guerras até o surgimento da paz liberal, trazendo o diálogo entre as principais referências, principais críticas e como este modelo se tornou hegemônico internacionalmente refletindo padrões de dominação já existentes na sociedade internacional. O principal objetivo é evidenciar a forma como a paz liberal utilizou de diversos mecanismos legitimadores de suas ações para aplicar universalmente seu modelo de desenvolvimento, democracia e governança.

O dicionário de Oxford classifica a paz como ausência de violência ou de guerra entre Estados (Richmond, 2023), porém, seria somente a ausência desses eventos o estado de paz? A natureza humana sempre foi bastante explorada para chegar ao entendimento das relações sociais e em escala maior para o entendimento das ações do Estado e seu modo de agir. Os estudos mais iniciais sobre paz se baseiam nos conceitos Realistas da Relações Internacionais (Morgenthau, 1948; Waltz, 1979; Mearsheimer, 2001). Sendo uma das teorias pioneiras do campo, Richmond (2023) traz a argumentação de que a evolução dos estudos da paz no mais clássico pensamento realista foi observada através da ótica do Estado e da manutenção de sua estabilidade militar e política, não necessariamente incluindo justiça social, através de organizações e instituições transnacionais.

Dito isso, ao longo da história desde grandes filósofos antigos da ciência política já havia questionamentos e debates sobre quais os melhores caminhos e decisões a tomar em relação ao estabelecimento de ordem e pacificidade política, onde a paz sempre esteve na posição de ser aplicada através de métodos, instrumentos e meios que pudessem conter apenas o estado de guerra total, e sob esta lógica, sempre enviesada e organizada pela ótica do Estado e para o Estado e suas instituições. Nessa abordagem, a guerra e a violência são vistas como consequência do estado natural do ser humano e a paz como algo frágil, sendo assim, há pouca eficácia em tentar implementá-la a não ser a utilização da força (Richmond, 2023).

Partindo da concepção de Johan Galtung (1969), para que seja possível uma maior compreensão da paz no seu conceito mais básico, é necessário que se tenha o entendimento, também, do conceito de violência. Ao longo deste capítulo foram trazidas as argumentações de Galtung como referencial acerca dos estudos da paz, sua conceituação e estrutura, devido

ao fato de que ao identificar as diversas esferas de violência, o autor chega ao resultado de conseguir conceituar a paz de forma inovadora e desafiante às visões tradicionais. Dessa forma, Galtung fraciona a violência trazendo exemplos de uma “tipologia” a fim de que isto torne mais fácil a compreensão do conceito de paz.

Em sua obra “*Violence, peace and peace research*” (1969), Galtung argumenta que a paz pode ser pensada de maneira mais simples através do entendimento de violência. O autor cita que essa afirmação acaba sendo de caráter “*obscurum per obscurius*” (Galtung, 1969) que, basicamente, consiste em explicar o conceito de paz por ser de complexo entendimento através da definição de violência que é de igual complexidade. Esta afirmação, ao mesmo tempo que define, também deixa uma lacuna sobre o que é a violência, de forma que pode ser interpretada de diferentes maneiras, principalmente de que paz é a ausência de guerra. Com isso, ele inicialmente amplia o conceito de violência ao ponto que suas dimensões sejam entendidas com intuito de se encaixar com as inúmeras definições de paz.

Ao ampliar o conceito, é necessário entender primeiramente a essência do que é violência, que basicamente o autor define como “a diferença entre o potencial e o real [...]” (Galtung, 1969. p.168.²). Isso significa que, a violência ocorre quando há a percepção de uma ameaça ou de algo que poderia ser evitado (o potencial), mas, na prática, não se toma a ação necessária para evitar que isso aconteça (o real se concretiza). Em outras palavras, mesmo havendo consciência do que poderia ser feito para prevenir consequências negativas, se não forem implementadas medidas para contê-las, a violência se manifesta. É válido ressaltar que além de definir a paz pela violência, Galtung (1969) evidencia a necessidade de criar tipologias para categorizar a violência e facilitar seu entendimento, e argumenta, basicamente, que a compreensão da paz deve partir da explicação do que é a violência.

As tipologias classificadas pelo autor auxiliam na identificação de como a violência está a ocorrer. (1) A primeira identificação é a capacidade de diferenciar se a violência presente é física ou psicológica; (2) Em relação a abordagem, é necessário identificar ser negativa ou positiva (inseridas em um debate sobre influências e punições); (3) Deve ser verificado se existe ou não um objeto a ser violentado; (4) Identificar se há ou não a ação de sujeitos; (5) Avaliar a presença ou ausência de intenção; e por último, (6) Distinguir a forma como a violência está presente, sendo dois níveis, latente (disfarçada) e a manifesta (visível) (Galtung, 1969).

¹ Esta expressão significa “obscuro pelo mais obscuro”, Johan Galtung (1969), utilizou para criticar explicações ou teorias que, em vez de simplificar ou elucidar um problema complexo, o tornam ainda mais difícil de compreender.

²Tradução própria. No original: “The difference between the potential and the actual” (Galtung, 1969. p.168)

Essas categorias levam a dois conceitos mais abrangentes para compreender as dinâmicas da sociedade e dos indivíduos. Estas categorias se dividem em violência direta (pessoal) e violência indireta (estrutural), sendo a violência direta aquela que pode ser vista, logo, é a mais percebida e combatida, e a estrutural como sendo aquela que é “invisível”, seus traços são mais normalizados e está presente nas estruturas sociais.

As diferenciações entre natureza direta e indireta abrem espaço para o entendimento de que a violência não ocorre apenas de pessoas contra pessoas. A criação do conceito de violência estrutural deu caminho para que as dinâmicas de paz e conflitos passassem a serem vistas pelo sistema internacional de uma forma diferente. Isso se deve, ao fato de que, ao identificar atores e ações, foi possível perceber que a violência pode vir de governos, instituições públicas ou privadas, Estados, entre outros. Em suma, seja praticada por qualquer ator, a violência chega às pessoas e as afetam psicologicamente e/ou fisicamente, de forma visível ou disfarçada, e dessa forma, evidencia o fato de que quando há falhas estruturais, a violência se constrói sobre a desigualdade de poder e oportunidade para os indivíduos, conforme ilustrado na Figura 1 (Galtung, 1969).

Figura 1- A tipology of Violence



Fonte: Galtung, 1969, p.173 (tradução própria).

Sendo assim, ao entender os tipos de violência entendemos a lógica de Galtung, ao explicar a paz por essa definição, e como consequência chegamos ao encontro de dois tipos de paz, a Paz Negativa, como a ausência de violência direta e a Paz Positiva, como a ausência de violência indireta, afirmando a utilização da explicação “*obscurum per obscurius*”³. Ademais, tanto a paz negativa quanto a paz positiva são conceitos que levam a uma percepção diferenciada e mais aprofundada, porém, ainda apresentam limitações quando colocadas à prova.

Durante uma boa parte da história, desde os primeiros estudos de paz a violência foi entendida como o estado de natureza humano, e como citado anteriormente, havia a

³ Esta expressão significa “obscuro pelo mais obscuro”, Johan Galtung (1969), utilizou para criticar explicações ou teorias que, em vez de simplificar ou elucidar um problema complexo, o tornam ainda mais difícil de compreender.

pressuposição de que não havia soluções eficazes que não utilizassem o uso da força para demonstração e afirmação de poder. Por ser então resumida, basicamente, naquilo que Galtung descreve como violência direta, o pensamento voltado a justiça social nesta época era inexistente, logo, as investidas em poder significava a manutenção de interesses e preservação de uma hierarquia dos Estados refletida no sistema internacional, o que auxilia a afirmação de soberania (Richmond, 2023).

Dessa forma, partindo da violência direta e tratando de paz negativa, como a ausência de guerras, conflitos armados, crimes visíveis contra indivíduos ou qualquer ação sinônima acabam por desconsiderar outros fatores que são essenciais para a “garantia da paz”. Isto se confirma, ao levar em consideração o meio social, pois a pesquisa para a paz deve focar não apenas na resolução de conflitos, mas também na transformação das estruturas sociais que perpetuam a violência.

Os novos fenômenos políticos, econômicos e sociais associados às Relações Internacionais trouxeram uma nova forma de interpretação que Galtung já havia definido, em 1969, como a Paz positiva. Atualmente as visões de paz podem variar de acordo com a maneira de enxergar a sociedade e suas dinâmicas podendo ser levado em consideração fatores como ausência ou presença de guerra, amparo estatal, direitos humanos, poder econômico, posicionamento político, fator geográfico, entre outros. Basicamente, as maneiras que as sociedades observam o funcionamento do que está a seu redor é influenciada pelo cenário cercado de complexidades moldadas por fatores geopolíticos, históricos e culturais.

Nesta compreensão, mesmo com os diversos fatores a serem colocados em relevância, a Paz positiva possui uma limitação que é estar ligada a ausência violência estrutural, que tem como principal característica ser de caráter silencioso, passa despercebida com facilidade aos olhos da sociedade e em alguns casos é normalizada (Galtung, 1969). De certa forma, essa limitação se torna compreensível ao considerarmos que, quando se trata de Estados e sociedades, sempre haverá questões a serem resolvidas. Inevitavelmente, os Estados e suas instituições revelarão fragilidades, evidenciando rachaduras em sua estrutura, que podem ser percebidas como ameaças à paz dos indivíduos.

Dos fenômenos que cercam os estudos de paz, alguns se destacam de maneira clara e evidente. Como já mencionado, a paz positiva se define como ausência de violência estrutural, isto leva a um maior debate em esferas que se relacionam e podem justificar a eficácia ou a ineficácia na promoção da paz como justiça social, democracia e contextos históricos e sociais. As críticas ao modelo liberal de paz trazem consigo grandes debates em torno das estruturações de poderes, hegemonias e forças presentes no sistema internacional

que buscam observar as relações internacionais de maneira a desconstruir os padrões de domínio e influência que se refletem e perpetuam nas organizações e por consequência impactam na forma como estes defendem a promoção da paz.

Para entrar no debate sobre a paz liberal, primeiramente é necessário a percepção de que quando tratamos de paz, a visão principal estabelecida e defendida pelas instituições e principalmente pela ONU, é sob a pauta da defesa da democracia, promoção de estabilidade (seja ela política, social ou econômica), governança e bem-estar social. A defesa dessas principais “bandeiras” a serem levantadas carregam consigo um grande debate crítico dentro das Relações Internacionais sobre a forma como está paz é promovida. Segundo Ludwig:

[...] Embora a retórica das Nações Unidas seja a busca de uma paz ideal, a prática se traduz nas condições mínimas necessárias para a reconstrução das instituições políticas e sociais nos moldes da sociedade moderna ocidental. Ainda, esta mesma arquitetura de paz é fruto de uma estrutura de poder que utiliza as Nações Unidas enquanto um canal de transmissão e imposição de valores liberais [...] por intermédio de suas operações de paz mantendo assim a hegemonia de um grupo de atores do sistema internacional, nomeadamente os estados do Norte. (Ludwig, 2013. p. 71).

Dito isso, os debates críticos acerca da Paz Liberal se direcionam a um sistema de poder e hegemonia. Robert Cox traz em “*Social forces, states and world orders*” (1981), uma crítica ao liberalismo das Relações Internacionais defendendo que os ideais pertencentes a esta abordagem não consideram as relações e forças históricas e sociais que são fundamentais para o entendimento da forma como o sistema internacional funciona. Esta crítica vai de encontro com o que é defendido neste trabalho, pois, a defesa a favor de uma paz positiva fundamentada em justiça social e visibilidade das estruturas sociais por uma perspectiva liberal acaba se traduzindo na ineficácia das ações.

Cox traz a ideia de que a ordem mundial sempre se baseia nas forças sociais, que envolvem classes, ideologias e instituições (Cox, 1981). Ao considerar o importante papel dos Estados nas configurações locais e internacionais, deve-se enfatizar a importância de compreender os contextos históricos e sociais que, por consequência são essenciais nas tomadas de decisões. Outro grande fenômeno que merece destaque é o imperialismo e sua capacidade de adaptação ao longo dos períodos históricos, o que nos faz perceber que as hegemonias e configurações de poder do século XIX já não são as mesmas (Cox, 1981). Isto pode ser também aplicado ao cenário internacional pós-guerra Fria, onde as diversas formas de dominação e poder se encontravam em adaptação à nova ordem mundial.

Um dos principais alicerces de efetividade do liberalismo é a forma como este tomou força no sistema internacional. Cox argumenta que há três pilares que sustentam os potenciais

de força, que são eles: (1) ideias, que se resumem em tudo aquilo que molda o comportamento e percepção dos indivíduos e dos Estados, influenciando sua forma de enxergar o mundo; (2) instituições, responsáveis por organizar de forma normativa a sociedade, seja por leis, organizações ou meios políticos; e (3) capacidades materiais, que podem ser relacionadas à estrutura econômica, política ou material (Cox, 1981). Nesse sentido, se tratando e inserindo aos estudos de paz, o que temos atualmente é uma versão de resolução de conflitos baseada na implementação de ideais hegemônicos de característica liberal.

A partir desses três pilares, podemos utilizá-los no entendimento sobre como a adoção do modelo liberal de paz foi amplamente aceito e difundido. Na esfera das ideias, pode-se ter como ponto de partida os princípios mais importantes de fundamentação deste conceito, como a democracia, justiça social e liberdade, além disso, pode-se pensar também na forma como estes ideais foram difundidos na sociedade internacional.

No que se refere às instituições, os planos políticos e estruturais da ONU na promoção e implementação da paz, também, podem ser levados em consideração ao pensarmos na sua eficácia na resolução de conflitos, identificando qual o real impacto que estas instituições e organizações têm na promoção da paz que defendem. Por último, as capacidades materiais, por não se tratar apenas daquilo que é de caráter físico, podem ser adaptadas ao exame de quais recursos foram utilizados nas estratégias de promoção do viés liberal nos estudos de paz. Nesta esfera podemos inserir, por exemplo, o poder dos recursos financeiros e da logística voltada às operações.

2.1 A paz liberal

Dada a explicação sobre o conceito basilar de paz e sua estrutura, os estudos da paz então tiveram desenvolvimento durante o período entre guerras e Guerra Fria. A então *peace research* buscava trazer novas formas de entender as dinâmicas da paz para que então fosse possível trazer resoluções que não repetissem nem levassem aos mesmos erros cometidos anteriormente. A mudança do padrão de visão internacional da paz foi se modificando ao longo do tempo, assim como os estudos de Segurança das Relações Internacionais, uma vez que o realismo se torna ultrapassado para explicar a natureza humana, o Estado e seu comportamento, novas abordagens surgem disponibilizando um olhar diferente sobre o sistema internacional (Baldwin, 1995). Sendo assim, com a nova ordem mundial é estabelecida novas maneiras de pensar democracia, governança, paz e segurança.

Dito isso, no âmbito político, o discurso de paz é utilizado para organizar os poderes de forma que pode servir como uma ferramenta estratégica na estruturação deste poder de várias maneiras. É comum que atores como governos ou líderes de governo tomem o argumento da paz estrategicamente a fim de obter apoio e alianças nacional e internacionalmente (Richmond, 2008). Devido às diferenças culturais, políticas, sociais e econômicas, cada um define e projeta sua própria visão de paz no cenário internacional onde aqueles com tendências autoritárias ou que estão em meio a conflitos costumam moldar suas estratégias e discursos de acordo com suas concepções, utilizando a retórica da paz para fortalecer seu controle e influência. Dessa forma, ajustam seus interesses internos a suas expectativas globais, criando influência sobre a opinião pública que por consequência trazem legitimação a suas ações (Richmond, 2008).

Os estudos voltados à esfera das Relações Internacionais surgem em um momento de grande tensão política mundial. Destacando momentos históricos importantes para o pensamento de relações internacionais como o Tratado de Vestália e o Iluminismo, o ocidente se consolidou como a voz mais ativa e influente nos debates e construção das visões sobre paz (Richmond, 2023).

Em consoante com o conceito dado por Galtung sobre a paz positiva, a evolução dos estudos de segurança das Relações internacionais se direcionou a buscar novas alternativas de estabelecimento da paz que substituíssem aqueles que se centravam no realismo. Nesse sentido, a *peace research* foi então pensada primordialmente para ser usada a favor de garantir uma paz baseada na não repetição de conflitos, sendo abordada exclusivamente com foco apenas em entender a paz como a consequência de evitar a guerra. Nesta perspectiva, a paz é concebida como uma meta estratégica, e dessa maneira ela não tem chances de avançar e ser alcançada, isso ocorre porque, ao ser pensada dessa forma, não há progresso nos estágios de garantia de segurança (Richmond, 2008).

A paz, violência, poder e política sempre foram amplamente debatidos desde os filósofos antigos até os pensadores mais modernos das teorias de Relações Internacionais, porém, ainda é possível enxergar a falta de consistência na definição objetiva e concreta de paz e nos mecanismos eficientes para garanti-la. O período pós-Guerra Fria consolidou a paz liberal como o modelo mais praticado, mas a literatura crítica aponta falhas que explicam a ineficácia de certas operações de paz (Richmond, 2011; Pureza, 2011; Ginty, 2015; Blanco, 2018). Assim, a comunidade internacional continua a buscar alternativas eficazes que respeitem os contextos históricos das sociedades afetadas por conflitos.

A evolução de uma arquitetura internacional de paz se estruturou de forma a reforçar o papel das instituições, democracia e defesa que se baseiam na essência do pensamento liberal (Richmond, 2021). Os principais pontos da paz liberal estão intimamente relacionados aos citados anteriormente e podem ser associados a Immanuel Kant e sua idealização de paz. Em seu livro "Paz Perpétua", Kant argumenta que a paz não é um estado natural entre dois atores, logo, esta deve ser instaurada por meio de instituições a fim de trazer civilidade e normas jurídicas às relações sociais, entre Estados e ao ambiente (Kant, 1795). Dessa forma, esse argumento se liga intimamente à forma como o sistema internacional compreende a dinâmica da paz, as configurações de poder, os conflitos e suas resoluções nos séculos posteriores à sua obra.

Mesmo antes da criação das organizações internacionais, Kant sugeriu a criação de uma “federação” entre os diversos povos que fosse fundamentada em interesses e objetivos comuns que pudessem gerar comprometerimentos mútuos. Essa ideia serviu como base para a estrutura das organizações e instituições internacionais conhecidas atualmente que debatem e empregam a promoção da paz. Sendo uma das maiores referências do liberalismo, Kant defendia que a guerra é consequência da falta de leis e normas democráticas que regulassem o sistema internacional (Kant, 1795), sua argumentação sobre a paz perpétua auxiliou na evolução de uma ordem liberal, destacando o poder das instituições e uma abordagem mais institucional da paz e sua manutenção. Nesse sentido,

o ideário da paz liberal – radicado na convicção kantiana de que a natureza republicana da constituição civil de cada Estado constituiria uma condição essencial para a paz – ganhou novo alento no quadro das teses do fim da História, passando a assumir-se como uma das grandes narrativas, senão mesmo a grande narrativa, do nosso tempo para a organização social e económica. A sua proclamação como verdade apodíctica legitimou a imbricação, gradualmente mais acentuada ao longo deste tempo de pós- -Guerra Fria, entre governação nacional e condicionalidades estabelecidas pelos diferentes poderes reguladores internacionais. A paz liberal é, pois, uma paz construída por várias formas de intervenção internacional condicionadora. (Pureza, 2011. p. 15).

Futuramente, estes fundamentos serviram de base para o surgimento do conceito de Paz Liberal. Nascida no pós-Segunda Guerra Mundial, a paz liberal se desenvolveu e ganhou mais espaço após a Guerra Fria e se consolidou como modelo hegemônico de paz onde desde a criação da ONU se tornou amplamente aceita e seguida pela comunidade internacional. Consequentemente, é dominada por diversas hegemonias, sejam instituições ou Estados, que mantêm seu poder através da adesão ao sistema liberal. Dessa forma,

“A paz liberal que substituiu a Guerra Fria é uma paz-como-governança institucionalizada, conduzida por atores dominantes, como os Estados Unidos, as

Nações Unidas e o Banco Mundial, ao lado de principais doadores, tais como a União Europeia e outros” (Richmond, 2010. p. 301).

Nesse sentido, a paz liberal é fundamentada como um projeto de transplante de condicionalidades e dependências, que argumenta o alcance da paz por meio da defesa do estabelecimento de intuições que garantam uma governança de moldes liberais sobre a economia, política e sociedade (Richmond, 2010). Basicamente, a Paz Liberal é articulada como uma forma de governança, incorporando visões padronizadas de desenvolvimento, democracia, fortalecimento de instituições, desenvolvimento econômico e economia de mercado.

Estas visões estabelecem marcos regulatórios que tendem a beneficiar um sistema neoliberal, onde grandes atores hegemônicos tem influência sobre as relações de poder, adesão aos discursos e maior aceitação à suas dinâmicas. Esta adesão é facilitada pelo controle de narrativas que estruturam seu poder nas relações, seja no plano doméstico ou no plano internacional, defendendo a resolução de conflitos por meio da diplomacia, estruturação do Estado e democracia. No entanto, o controle dessas narrativas está nas mãos das elites, assim como ocorreu em diversos momentos da história até os dias de hoje (Richmond, 2023).

No contexto do fim das duas guerras mundiais e da Guerra Fria, o cenário se tornou propício para a adoção do modelo liberal, que se tornou o mais dominante dentro do sistema internacional. Esse modelo, promovido por grandes hegemônias, utilizam do discurso liberal para criar um ambiente favorável à construção e implementação da paz onde consideram necessário. Dessa maneira, acabam por definir e construir suas intervenções baseadas no que acreditam ser correto e benéfico. Em resumo, nas palavras de Roland Paris, a adoção da paz liberal é

Uma experimentação que envolve o transplante de modelos ocidentais de organização social, política e econômica para estados dilacerados pela guerra como forma de controle dos conflitos civis: por outras palavras, é a pacificação pela liberalização política e econômica (Paris, 1996. p.56)

Em consonância com o conceito de paz positiva mencionado anteriormente, as abordagens hegemônicas de resolução de conflitos trazem a noção liberal de que a violência não é algo natural à organização das sociedades, mas sim algo que é aprendido, defendendo que justamente por não ser inata, a violência pode ser solucionada por meio da ação institucionalizada e democrática. Essa abordagem da paz positiva surge em um momento em que os estudos de paz estão em evolução (período pós-guerras), e com o crescimento de grandes hegemônias internacionais. Este desenvolvimento se concentra nos países centrais do sistema internacional, reforçando ideais ocidentais de modelos de democracia e paz. Dessa forma, “isso abre espaço para que estes possam definir o que quiserem como fora do padrão

de normatividade democrática em seus conceitos, logo, passíveis de intervenção” (Pureza, 2011. p. 15).

Os principais conceitos que cercam a abordagem liberal de implementação da paz envolvem cooperação, instituições internacionais e desenvolvimento. Essas noções refletem a estrutura de uma arquitetura internacional de paz que foi desenvolvida ao longo dos últimos anos, incluindo a diplomacia, leis internacionais, e organizações como a ONU.

Nesse sentido, Pureza (2011) afirma que “a agenda dos estudos para a paz acompanhou a mudança de foco da agenda internacional e do movimento pacifista internacional sobre a corrida armamentista e o desarmamento” (Pureza, 2011. p. 14). Partindo dessa citação, o autor busca trazer que os estudos para a paz se redirecionaram sob o então inovador conceito de Galtung sobre violência estrutural, de modo a reafirmar as estratégias de dominação dos países centrais sobre os periféricos. Pureza ainda argumenta que isso se consolida como um “processo em dois tempos”: primeiro, a narrativa criada sobre a condição periférica; e segundo o conceito de “estados falidos” (Pureza, 2011).

Ao entender o formato liberal de paz adotado internacionalmente e aplicá-lo ao modelo internacional de intervenção e resolução de conflitos, Mac Ginty (2015), em seu artigo “*Top-down and Bottom-up Narratives of Peace and Conflict*”, ofereceu uma perspectiva sobre como essa implementação ocorre. Estudos críticos destacam que abordagens de caráter “*top-down*” (de cima para baixo) frequentemente ignoram os custos do conflito tanto na esfera material quanto principalmente na humana (Ginty, 2015). Essa crítica argumenta que, ao observar o conflito, podem surgir diversas maneiras de interpretação, no entanto, é essencial que, apesar das diferentes formas de interpretar, as realidades não sejam desconsideradas. Compreender todas as particularidades e contextos que cercam a situação é indispensável para que a abordagem seja eficaz.

Por fim, a paz trazida “de cima para baixo”, reflete padrões de poder e domínio dentro do sistema internacional, onde a ocidentalização dos estudos da paz evidencia a hegemonia estabelecida surgida da forma como o sistema internacional se comporta. Richmond (2005), em seu livro “*The transformation of peace*” traz a exemplificação de como a imposição deste modelo ocidental hegemônico de paz e governança em sociedades em conflito ignora a vontade e a história cultural e social da população afetada.

Dessa forma, as dinâmicas locais são desconsideradas para abrir espaço à aplicação desse modelo de democratização, economia, direitos humanos e instituições (Richmond, 2005). Nesse sentido, a criação das operações de paz da ONU acaba traduzindo essas dinâmicas de poder e hegemônias, com o discurso de que operações têm como objetivo

restaurar e manter a paz em regiões conflituosas, transmitindo os ideais defendidos de liberalização política e econômica como caminho para a paz.

Os debates e discussões acerca da conceituação de paz e formas de implementação e alcance sempre instigaram diversos filósofos e estudiosos da área da ciência política, ciências sociais e demais outras áreas correlatas às Relações Internacionais, o que colaborou para o desenvolvimento da *peace research* e sua evolução.

Embora exista um certo consenso universal sobre a paz liberal, há diversas críticas no que diz respeito à sua implementação. Segundo Richmond (2008), “o consenso sobre a paz liberal contemporânea representa um acordo anômalo em vez de um consenso amplo”, isso se deve à forma como o liberalismo idealiza e aplica a paz, onde o foco não é apenas em ser hegemônico, mas sim universal, trazendo a institucionalização de valores liberais como instituições, cooperação, regulamentação, governança e democracia como soluções universais. Inicialmente, os estudos de paz focaram em teorizar sobre a guerra e não em entender a paz em si.

Em resumo, Johan Galtung, uma das maiores referências na conceituação de paz, conseguiu definir esse conceito de forma inovadora, contribuindo para uma nova perspectiva adotada pelas instituições e organizações internacionais após o fim da Guerra Fria. Ao contribuir metodologicamente para a *peace research*, defendeu que as causas e efeitos que cercam as realidades fossem primeiramente levadas em consideração e compreendidas, em vez de apenas focar na resolução imediata focada no presente. Essa perspectiva auxiliou a promoção da paz através da adesão aos ideais liberais para pacificação de conflitos, tendo as operações de paz como principal estratégia, defendendo modelos de democracia, governança e organização política, e o papel das instituições que é principalmente fomentado na organização do sistema internacional em uma dinâmica liberal. No entanto, isso pode refletir os interesses das hegemonias, falhar em buscar justiça social e evidenciar a ineficácia da paz liberal.

Nesse sentido, compreender as dinâmicas da paz e a evolução dos estudos voltados a este campo é indispensável ao estudar a história da ONU. No capítulo seguinte, serão abordadas as estruturas internacionais que sustentam este modelo de paz, assim como o surgimento e desenvolvimento da forma com que ONU trabalha e configura suas operações, contribuindo para o desenvolver da linha de raciocínio.

3. SISTEMA ONU DE OPERAÇÕES DE PAZ

As mudanças ocorridas ao longo do século XX no que tange os estudos de segurança foram significativas para a criação de mecanismos de prevenção e suporte internacional aos conflitos. A Paz, como foi possível compreender anteriormente, sempre foi alvo de intenso debate, sendo o princípio norteador das políticas internacionais no período pós-guerras. As transformações sociais, a ascensão dos direitos humanos e a criação da ONU foram essenciais para a instrumentalização de modelos de dispositivos de garantia da paz pela comunidade internacional.

Contudo, com a ascensão do liberalismo pós-Guerra Fria, instituições como a ONU se tornaram frequentemente utilizadas pelo discurso hegemônico de promoção da paz fundamentado nos valores de democracia, direitos humanos e desenvolvimento econômico, e governança baseados na chamada Paz liberal. Esta influência nas operações de paz, por sua vez, recebe diversas críticas ao modo como se impõe, com ênfase na falta de consideração das dinâmicas e valores locais, e a falta de coerência entre discursos e resultados.

Sendo assim, ao longo deste capítulo, é mostrada a evolução das ferramentas de operação de paz até o momento em que se chega ao *Peacebuilding*, destacando a trajetória da participação da ONU como principal organização internacional responsável pela manutenção da paz. Em seguida, são apresentadas as principais críticas a respeito do *peacebuilding*, seu caráter liberal, e como esta ferramenta se tornou uma maneira de impor padrões hegemônicos de democracia, segurança e desenvolvimento. O foco está direcionado em visualizar como a normalização e disseminação de ideais que buscam fomentar o liberalismo e valores ocidentais como eficientes devem ser problematizados.

3.1 A evolução das operações de paz: do *peacekeeping* tradicional ao *peacebuilding*

As Organizações Internacionais (OIGs) desempenham um importante papel na governança global através da cooperação internacional, sendo formadas pela junção de interesses em comum dos Estados, as OIGS possuem uma estrutura de normas e regras asseguradas pelo direito internacional que são acordadas entre os membros e visam estabelecer um ambiente que dê capacidade de promover diversos objetivos em comum, como a paz e segurança, assegurar os direitos, colaborar para o desenvolvimento econômico e enfrentar diversos desafios que são considerados globais (Herz, Hoffman, 2004).

Pelo fato do contexto de Primeira e Segunda Guerra terem evidenciado debates militares, após o fim desse período a ONU foi criada com os objetivos principais de promover a cooperação entre os Estados, garantir segurança na prevenção de futuros conflitos, promover uma nova agenda de defesa de Direitos Humanos e por fim, a manutenção da paz, todos garantidos e acordados logo no primeiro capítulo da Carta da ONU (ONU, 1945). Sendo assim, desde então até a atualidade, a ONU é a instituição internacional que possui maior abrangência estrutural voltada para a promoção da paz.

O final da Segunda Guerra Mundial teve um impacto significativo nas relações internacionais, com várias mudanças que alteraram a forma como o sistema internacional passou a interpretar as ameaças, direitos e conflitos após a trágica experiência com o Nazismo e suas consequências. Desse modo, o grande fator motivador da criação da ONU foi a necessidade premente e a demanda pela conquista do conceito então mais preconizado pela entidade, o alcance da paz mundial (Bandeira, 2012)⁴. Como resultado deste período de mudanças, ao fim da guerra em 1945, a Carta das Nações Unidas foi estabelecida como o marco da criação da ONU.

O documento compila todos os princípios norteadores da organização, além de sua estrutura e diretrizes ligadas à cooperação, desenvolvimento, diplomacia e, sobretudo, à manutenção e garantia da paz. Nele, estabelecem-se os procedimentos necessários para solucionar conflitos e lidar com ameaças à paz. As razões para a criação das Nações Unidas como entidade internacional são expostas nas páginas iniciais, onde se declaram as obrigações dos Estados membros.

Preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra, [...] e a reafirmar a fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor do ser humano, na igualdade de direito dos homens e das mulheres, assim como das nações grandes e pequenas, e a estabelecer condições sob as quais a justiça e o respeito às obrigações decorrentes de tratados e de outras fontes do direito internacional possam ser mantidos, e a promover o progresso social e melhores condições de vida dentro de uma liberdade ampla. (Nações Unidas, 1945. p. 3).

Todos estes princípios marcaram a necessidade de transformação nas abordagens e resolução de conflitos, onde a Paz (positiva) foi destacada como principal foco desde os anos 1990 (Blanco, 2017).

A defesa da paz como ponto principal auxiliou o fortalecimento da rede de apoio internacional, composta por novos atores, consensos, acordos e organizações independentes, evidenciando a possibilidade de utilizar esses recursos de maneira integrada na resolução de

⁴ Bandeira, C. **História da ONU**. Disponível em: <https://infoonu.wordpress.com/2012/11/16/historia-da-onu/>. Acesso em: 10 Jan. 2025.

conflitos (Faganello, 2013). O princípio da paz, que é o núcleo desta organização internacional, está diretamente vinculado aos seus propósitos gerais, servindo de fundamento para os demais artigos e capítulos. No primeiro tópico do artigo 1, destaca-se:

Manter a paz e a segurança internacionais e, para esse fim: tomar, coletivamente, medidas efetivas para evitar ameaças à paz e reprimir os atos de agressão ou outra qualquer ruptura da paz e chegar, por meios pacíficos e de conformidade com os princípios da justiça e do direito internacional, a um ajuste ou solução das controvérsias ou situações que possam levar a uma perturbação da paz (Nações Unidas, 1945. p. 4-5).

Assim, é possível observar que a paz serve como princípio norteador das políticas globais, demonstrando o empenho da sociedade global em incluir na agenda estratégias voltadas para as novas dinâmicas das relações internacionais.

No geral, o termo principal a ser utilizado é “Operações de Paz”, e se refere às estruturas e ações da ONU em relação à construção e manutenção da paz internacionalmente. As operações são fundamentadas em dispositivos portadores de um conjunto de normas, modelos e procedimentos que juntos visam a efetividade da operação. O órgão responsável pela coordenação e implementação das operações de paz é o Conselho de Segurança. É válido ressaltar que este passou a comandar as operações de paz assim que a ONU foi criada, porém, somente após o fim da Guerra Fria o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) evidenciou sua importância e consolidação como principal órgão internacional que tinha a total responsabilidade de decisões acerca da segurança internacional e manutenção da paz (Faganello, 2013).

O histórico das operações de paz é algo interessante de se analisar, pois reflete estruturas maiores de poder e de dominação. Newman, Paris e Richmond (2009) destacam o que as operações *peacekeeping* realizadas até o então momento da Guerra Fria “visavam conter – e não resolver – as fontes de instabilidade internacional, e menos ainda prevenir ou resolver a guerra civil” (Newman, Paris, Richmond, 2009, p. 6). Blanco (2014) cita que a paz militarizada e sua manutenção era exclusivamente voltada a manter apaziguados os conflitos ocorridos entre estados, de forma a suprimir as consequências e os impactos (para o Estado) serem reduzidos. Isto é identificado como uma das características do *peacekeeping* tradicional, a não preocupação com a estrutura de causas dos problemas e resoluções de base militarizada, com intuito de promover a paz, ou mais especificamente, a paz negativa.

As operações de paz, também, têm como principal característica serem defendidas como a ferramenta única de gestão de conflitos e manutenção da paz (Herz, Hoffman, Tabak, 2015. p. 84). As novas dinâmicas presentes no sistema internacional eram resultado do

rompimento da bipolaridade entre as duas maiores potências mundiais (Estados Unidos e União Soviética). Este acontecimento está relacionado a forma como o sistema global passou a enxergar as dinâmicas de paz e conflitos, visto os prejuízos e as grandes perdas das duas guerras passadas. Logo, o cenário deu espaço para a intensificação da globalização e a investida na nova estrutura das operações de paz que valorizavam a neutralidade como ponto principal, porém, esta nova forma de lidar com os conflitos não significava eficiência nos resultados (Herz, Hoffman, 2004).

Tendo em vista a grande divisão ideológica presente no período de Guerra Fria, forças estadunidenses e soviéticas exerciam grande influência sobre o controle da segurança coletiva, desse modo, exerciam sua hegemonia nos diversos países da periferia, também denominados de “3º mundo”. Esse controle exercido era o reflexo do que estas duas potências significavam para as dinâmicas políticas, econômicas e sociais mundialmente. Por consequência, esse poder exercido gerava dependência por parte dos outros países, o que ocasionou em fortes crises quando a Guerra Fria terminou. A partir de então, novas configurações foram sendo desenvolvidas e junto a isso, um novo cenário internacional pautado no não uso de força militar e violência direta foi tomando espaço (Karns, Mingst, 2001).

Nesse cenário, o crescimento do conceito de intervenção humanitária tomou força nos anos de 1990 em resposta às crises e à explosão de conflitos ao redor do mundo. Iniciado no fim da década de 1940, em meio a Guerra Fria, o *peacekeeping* tradicional foi instaurado como a primeira geração de operações de paz tradicionais da ONU. O tradicionalismo dessas missões é definido pelo monitoramento de cessar-fogo e realização de pactos de paz como mediação entre nações em conflito. Os objetivos desse modelo se fundamentam em três preceitos: (1) o consentimento das partes envolvidas; (2) a imparcialidade; e (3) a proibição do uso da força, excesso em casos de autodefesa (Thakur, 2006).

Posteriormente, a partir do fim da tensão ideológica causada pela Guerra Fria, as mudanças presentes nas práticas de resolução de conflito refletiram a alteração na forma como o sistema internacional enxergava as prioridades e estas novas perspectivas se alinham com os conceitos de Galtung sobre a paz. Estes tópicos defendidos podem ser relacionados a este conceito por estarem inseridos no escopo da violência indireta e da paz positiva, que defendem uma abordagem mais estruturada para construção da paz. Sendo assim, essa mudança representou uma transição na percepção sobre a responsabilidade dos Estados, ameaças e indivíduos, descrita como a transição “*From nuclear security to human security*” (Da segurança nuclear à segurança humana) (PNUD, 1994). Dessa forma, as transformações

internacionais marcaram este período, influenciando também a transformação das operações de paz.

A dependência dos países do 3º mundo nas duas grandes potências evidenciou que “o momento pós-Guerra Fria foi marcado por mudanças significativas nas expectativas sobre quais responsabilidades deveriam ser assumidas pela comunidade internacional” (Karns, Mingst, 2001. p. 222). Segundo Bellamy, Williams e Griffin (2010), a década de 1990 consolidou uma perspectiva mais ampla, que englobava ações civis e políticas, espelhando o esforço da ONU para estabelecer uma paz duradoura e sustentável. Consequentemente, abriu-se espaço para o crescimento das intervenções humanitárias junto à forte defesa do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o conceito de Segurança Humana, abordando as novas crises e conflitos ao redor do mundo com novas formas de compreender a segurança. Conforme destacado no relatório do PNUD de 1994, a Segurança Humana traz consigo a capacidade de se pensar fora do ponto de vista do Estado, mas Brandão (2005) também traz o argumento de que:

[...] Ao colocar o indivíduo no centro das políticas de segurança exige, por um lado, que se considerem as diferentes causas da violência que é objeto - logo a multidimensionalidade das ameaças- e, por outro, que haja diferentes atores responsáveis por providenciar a segurança do mesmo, entre os quais os atores não estaduais (Brandão, 2005. p. 114).

Ou seja, a multidimensionalidade das ameaças é relacionada às diferentes formas em que os indivíduos podem se sentir inseguros ou a falta de amparo do Estado e de outras instituições que não possuem capacidade de se fazerem presentes de forma eficaz.

As responsabilidades acerca do bem-estar civil internacional passaram a ser umas das principais questões debatidas globalmente. Os assuntos como estes relacionados à segurança humana, desenvolvimento e democracia se tornaram pontos essenciais a serem defendidos globalmente pelas Instituições e Estados após o fim da Guerra Fria. Isto se relaciona com a grande onda de conflitos onde a evidência de violência civil aumentaram e a falta de amparo e preparo Estatal alimentava a persistência da repressão (Keating, Knight, 2004). É fácil relacionar essa mudança de polaridade com as características do sistema de paz liberal e seu crescimento.

O fato de a Guerra Fria ter impactado profundamente as relações internacionais, demonstrou que os desafios não se enquadram apenas às questões estatais, militares e econômicas, ficando claro então, que esta estrutura evidencia que o suporte internacional não deve ser somente direcionado à intervenção direta, mas também na prevenção de conflitos e percepção de novas ameaças. Segundo Ana Paula Brandão (2005), o período pós-Guerra Fria

na década de 1990 evidenciou a importância do ser humano e do conceito de “humanitário” como foco principal dos debates internacionais. Isso se refletiu na introdução de agendas voltadas para o Desenvolvimento Humano e a Segurança Humana⁵, promovidas por meio dos relatórios do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)⁶.

Essas defesas levaram à segunda geração de operações de paz, definida como *multidimensional peacekeeping*, introduziram à agenda objetivos mais abrangentes englobando reestruturação das instituições, democracia e Direitos Humanos (Paris, 2004). Desde então, as operações de paz tiveram crescente destaque dentro das ações da ONU por serem defendidas mundialmente como uma ferramenta única de gestão de conflitos e garantia da paz (Herz, Hoffman, Tabak, 2015). No entanto, eventos como o de Ruanda (1994) e a Guerra da Bósnia (1992-1995) revelaram as limitações das operações, que enfrentaram grandes desafios para proteger civis e manter a paz em situações de violência extrema.

Como resultado, a incorporação de novos tópicos trouxe uma proposta diferente do tradicional sobre quem deveria prover e para quem a segurança deveria ser destinada, sendo possível relacionar o novo olhar internacional sobre as novas ameaças com o conceito de paz positiva e violência estrutural já definida por Galtung. O espaço aberto para um mundo globalizado e multipolar foi propício para o surgimento de novos atores de importante crescimento e destaque no sistema internacional. Assim, as principais características dos conflitos pós-Guerra Fria se voltam às questões de Segurança Humana e desastres humanitários causados por problemas sociais nos quais perpassam pela fome, genocídio, conflitos étnicos, deslocamentos forçados, e diversas outras formas de violência tanto direta quanto indireta (Karns, Mingst, 2001).

Segundo Ramon Blanco, segurança, desenvolvimento e paz são os principais pilares de sustentação da política internacional em situações pós conflitos, sustentando a narrativa de que sem segurança não há desenvolvimento, e ambos são fundamentais para a transformação de conflitos e a consolidação da paz. Sendo assim, o autor argumenta que estes três pilares sustentam a narrativa internacional de que:

Sem segurança não há a possibilidade de existir qualquer forma de desenvolvimento; desenvolvimento, por sua vez, não apenas reforça, como, de fato, é uma condição indispensável para o incremento da segurança; ambos, juntos, são os pilares

⁵ O conceito de Segurança Humana surge com a criação do Projeto das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o PNUD. De acordo com o relatório, a Segurança Humana aborda a segurança para além da ausência de conflito e violência armada. O conceito engloba problemas como fome, pobreza, direitos humanos, entre outros. Sendo assim, o relatório divide a segurança em sete dimensões, sendo elas: Segurança Econômica, Segurança Alimentar, Segurança em Saúde, Segurança Ambiental, Segurança Pessoal, Segurança Comunitária e Segurança Política (PNUD, 1994).

⁶ O relatório encontra-se disponível no site oficial do PNUD. Disponível em: <https://hdr.undp.org/>.

fundamentais para a transformação de conflitos violentos ao redor do globo e para a consolidação de uma paz sustentável em estados pós-conflitos (Blanco, 2017, p. 53).

Estas importantes mudanças globais no que se refere a novas visões de mundo, também contribuíram para o surgimento de atores que se tornaram importantes de maneira significativa nas novas configurações das relações internacionais (Karns, Mingst, 2001).

Devido a esta constante mudança, houve um crescimento na defesa de intervenções humanitárias, fortalecida pelo papel crescente da ONU em operações de paz e na formulação da “Agenda para a Paz”. Em paralelo à adoção do PNUD e ao estabelecimento da Agenda para Paz, a partir da década de 2000, os aprendizados anteriores levaram as operações por mais uma transformação, que ficou conhecida como *robust peacekeeping*. Essa abordagem mais complexa adotou o uso da força para proteção de civis especialmente em situações de extrema violência ou colapso estatal, como por exemplo, os ocorridos nas missões na República Democrática do Congo (MONUSCO) e no Sudão do Sul (UNIMISS) (Bellamy *et al.*, 2010). Em conjunto, a doutrina da *Responsability to Protect* (R2P) ou Responsabilidade de Proteger auxiliou no estabelecimento de que a comunidade internacional deve intervir em situações de genocídio, crimes de guerra e limpeza étnica (Evans, 2008)⁷.

Com isso, temas como meio ambiente, justiça social e bem-estar dos indivíduos passaram a integrar os debates internacionais. O conjunto de acontecimentos impulsionados pelas mudanças e avanços nos estudos da Paz levou então à criação do relatório intitulado “*An Agenda for Peace*”⁸, um marco consideravelmente importante para a construção e institucionalização do *peacebuilding*. A agenda para paz, criada pela ONU, tem como principal base os conceitos nascidos e difundidos mundialmente acerca de segurança humana e desenvolvimento humano. Este documento foi publicado pelo então secretário geral Boutros-Ghali⁹ em 1992. Como descrito no documento:

A tarefa dos líderes de Estados hoje é compreender isso e encontrar um equilíbrio entre as necessidades de uma boa governança interna e as exigências de um mundo cada vez mais interdependente. Comércio, comunicações e questões ambientais transcendem as fronteiras administrativas; mas é dentro dessas fronteiras que os

⁷ Pode-se considerar a responsabilidade de proteger (R2P) como um dos conceitos que impulsionou mais ainda a prática das operações de paz. Estabelecida em 2005, considera a declaração universal dos direitos humanos junto a convenções, protocolos e pactos internacionais como marcos normativos essenciais para a garantia da proteção das populações ameaçadas. A R2P conta com três elementos primordiais, sendo eles: A responsabilidade de prevenir, responsabilidade de reagir e responsabilidade de reconstruir: (*International Development Research Centre*, 2001.)

⁸ Traduz-se para língua portuguesa como “Uma Agenda para Paz”

⁹ Boutros Boutros-Ghali foi Secretário Geral da ONU, “o seu legado assenta num aumento de missões de manutenção de paz – os capacetes azuis – e na sua defesa da importância dos processos de *peacebuilding* após o conflito, algo que hoje está fortemente enraizado na matriz operacional da ONU atualmente.” (ONU, 2024) ONU. Boutros Boutros-Ghali (Egito). Disponível em: <https://unric.org/pt/boutros-boutros-ghali-egito/> Acesso em: 22 jan. 2025.

indivíduos conduzem a ordem primária de suas vidas econômicas, políticas e sociais (Boutros-Ghali, 1992, p. 9)¹⁰.

Desse modo, o relatório abordou quais caminhos necessários para não somente resolver, mas também prevenir conflitos instaurando de maneira mais eficiente estruturas que se dedicassem a construir a paz priorizando o bem-estar internacional por meio de equilíbrio político, econômico e social respeitando as soberanias e principalmente o bem-estar civil.

Uma das funções do relatório foi de adicionar novas perspectivas e termos às operações de paz sendo eles: (1) diplomacia preventiva, que visa prevenir futuras disputas que possam resultar em uma grande escalada para conflitos; e (2) o *peacebuilding* que consiste na aplicação das ferramentas e técnicas de reconstrução da paz em situações pós conflitos, levando em consideração principalmente os fatores sociais e resolução abordadas (Boutros-Ghali, 1992). Desse modo, estes termos incluídos definem caminhos para alcançar a paz e estão relacionados aos ideais de democracia e à defesa dos direitos humanos, trazidos no documento de maneira a evidenciar a necessidade crescente de reconhecer e atender às demandas civis, especialmente das minorias, garantindo seu bem-estar.

A ênfase destes recai sobre a urgência de assegurar direitos, priorizando a estabilidade social, e não apenas a política (Boutros-Ghali, 1992). Sendo assim, o relatório produzido pelo então Secretário Geral, Boutros-Ghali, contribuiu para as operações de paz com o desenvolvimento e implementação do que se chama de *peacebuilding*. O foco desta seria a expansão para além da preservação da paz, seria necessário reconstruir os espaços em todos os sentidos de forma a assegurar o bem-estar da sociedade¹¹.

A evolução dos métodos, partindo do *peacekeeping* tradicional para essa nova abordagem, tem como intuito incorporar as novas perspectivas sobre a observação dos conflitos e as maneiras de lidar com estes, aprimorando as estratégias de manter e construir a paz. Uma vez que as marcas deixadas pela Guerra Fria tiraram os holofotes das questões militares e ideológicas que cercam as relações internacionais, abriu-se espaço para a ascensão de grandes desafios que necessitavam de maior atenção pela comunidade internacional. Logo, o desamparo deixado pela quebra da bipolaridade foi o ponto inicial da eclosão de diversos

¹⁰ Tradução própria No original: “It is the task of leaders of States today to understand this and to find a balance between the needs of good internal governance and the requirements of an ever more interdependent world. Commerce, communications and environmental matters transcend administrative borders; but inside those borders is where individuals carry out the first order of their economic, political and social lives” (Boutros-Ghali. 1992. p.9).

¹¹ Missões como a da ONU em Angola (MONUA) demonstram essa transformação ao combinar esforços para o desenvolvimento, desarmamento e reconstrução institucional.

conflitos ao redor do globo que conseqüentemente demonstrando características diferentes, portanto, demandaram reorganização das configurações das missões de paz (Faganello, 2013).

De fato, a implementação de ferramentas de manutenção da paz auxilia na compreensão de como a reorganização das operações de paz da ONU reflete o crescimento da visão de responsabilidade para com civis. Isto fica evidente ao notar a tendência de abordar a identificação de novas ameaças e o suporte internacional como essenciais para garantir a paz¹². Dessa forma, a estruturação e eficácia dessas implementações dependem amplamente dos investimentos estatais, institucionais e privados, onde atores internacionais como por exemplo o Banco Mundial, FMI e diversos outros que entram em conjunto como auxiliares no processo de reconstrução pós conflito (Guerra e Blanco, 2018).

Compreendendo a importância e o poder das organizações internacionais nas operações de paz, Herz e Hoffman destacam que:

A criação das OIGs é uma decisão dos Estados, que delimitam sua área de atuação inicial. As grandes potências têm um papel crucial nesse processo. O exemplo mais claro é o impulso dado pelo governo norte-americano para a criação de uma série de OIGs no pós-Segunda Guerra. A criação da ONU e de uma rede de agências especializadas nos anos 40, em particular as instituições de Bretton Woods (BIRD, Banco Mundial e FMI, Fundo Monetário Internacional), refletia o interesse norte americano em promover o comércio global, estabelecendo uma ordem internacional em que a democracia e o capitalismo pudessem florescer (Herz e Hoffman, 2004, p.14).

Observando estes princípios e estrutura organizacional, pode-se perceber a semelhança com a “Liga” internacional que Kant (1795) defendia. Porém os debates críticos direcionam o olhar para as estruturas e ações, sejam elas visíveis ou disfarçadas, com o objetivo de compreender como os princípios defendidos por Kant, permanecem a ser promovidos e implementados pelas instituições como modelo único de resolução de conflitos. Portanto, o incentivo ao *peacebuilding*, mesmo apoiado em discursos que exaltam os Direitos Humanos e a procura por resoluções pacíficas e democráticas, ainda demonstra a influência de hegemonias globais. Através do poder do liberalismo, essas potências empregam estas iniciativas como meios para propagar os modelos ocidentais de desenvolvimento, democracia, governança e segurança, como será explorado com maior profundidade na próxima seção.

¹² Pode-se também considerar a responsabilidade de proteger (R2P) como um dos conceitos que impulsionou a prática das operações de paz. A R2P, estabelecida em 2005, considera a declaração universal dos direitos humanos junto a convenções, protocolos e pactos internacionais como marcos normativos essenciais para a garantia da proteção das populações de ameaças. A responsabilidade de proteger conta com três elementos primordiais, sendo eles: A responsabilidade de prevenir, responsabilidade de reagir e responsabilidade de reconstruir: (*International Development Research Centre*, 2001.)

3.2 Principais críticas

Conforme mencionado, os estudos voltados para a paz focam principalmente na esfera dos Estados, negligenciam outras questões cruciais que deveriam ser abordadas. A manutenção tradicional da paz de caráter realista sempre foi defendida pela ONU, este formato não correspondia à necessidade de ir à raiz dos problemas e dar soluções que partissem de uma análise profunda das raízes do conflito (Blanco, 2014). Em *Global Governance and the New Wars* (Governança Global e as Novas Guerras), Mark Duffield argumenta que o alvo das missões de paz são Estados considerados frágeis ou em colapso por possuírem limitações em sua capacidade de se sustentar. A crítica do autor se direciona à dependência em intervenções externas ao invés do foco no desenvolvimento das capacidades locais que possam construir a autossuficiência desses Estados (Duffield, 2001).

Um dos principais pontos defendidos dentro das missões é o alcance de uma paz sustentável, porém, isto serve como um discurso que atenua as verdadeiras faces. (Newman, Paris, Richmond, 2009). De acordo com Newman, Paris e Richmond, houve o crescimento da defesa internacional, principalmente das hegemônias, de que os Estados em sua fraqueza são o maior impulso para conflitos, os autores citam ser a "fonte de guerras sem fim" (Newman, Paris, Richmond, 2009, p. 9) e sendo desta maneira, foi percebida mudança no que se pensa ser segurança, a partir disso:

Como resultado, maiores esforços e recursos foram disponibilizados por estados poderosos para conter, resolver e, até certo ponto, prevenir a guerra civil (Newman, Paris, Richmond, 2009. p. 9)¹³

Nesse contexto, as Operações de Paz da ONU são instrumentos essenciais de manutenção da paz e segurança internacionais, sendo importantes inclusive para diplomacia multilateral, sendo defendidas pelo sistema internacional como ferramentas únicas de resolução de conflitos. No entanto, desde a sua criação existem críticas pertinentes às missões comandadas pela ONU. Em relação às críticas apontadas, uma diversidade de autores analisa e evidencia as falhas das operações, trazendo abordagens que apontam os desafios referentes ao preparo e às estruturas vigentes no sistema internacional. (Newman, Paris, Richmond, 2009; Paris, 1997; Blanco, 2014, 2017; Lederach, 2012).

¹³ Tradução própria. No original: "As a result, greater efforts and resources have been forthcoming from powerful states to contain, resolve and to some extent prevent civil war" (Newman, Paris, Richmond, 2009. p. 9).

Em relação aos dispositivos de implementação, desde o período da Segunda Guerra Mundial, as ações de *peacekeeping* já eram praticadas pela ONU sob responsabilidade do Conselho de Segurança (Faganello, 2013). Este instrumento é o originalmente utilizado como dispositivo de resolução de conflitos. De acordo com Faganello (2013), o *peacekeeping*, também considerado modelo tradicional, consiste no processo de garantir a paz, desde que as partes envolvidas já tenham concordado com o cessar fogo e estabelecido um acordo em que a diplomacia prevaleça, assegurando uma negociação pacífica que leve a um acordo de paz. Garantindo isso, o *peacekeeping* se traduz nas ações institucionalizadas e militarizadas que agem com o propósito de garantir eficiência.

Posteriormente, num cenário pós-Guerra Fria, a maneira como os conflitos intraestatais foram tomando maior proporção e tendo visibilidade internacional motivou a reavaliação das configurações existentes chegando à conclusão de que deveriam ser repensadas, pois, com novas configurações de conflitos, novas abordagens eram exigidas para suportar a dimensão e as profundidades dos problemas (Blanco, 2014). Isso facilitou com que Estados Unidos e Rússia desfizessem de suas responsabilidades optando por não dar continuidade às investidas que vinham realizando em outros países por serem considerados gastos a mais para ambos (Blanco, 2014).

Logo, a quantidade de conflitos em países dependentes destas duas potências, que necessitavam de ajuda externa, aumentou de forma significativa, o que conseqüentemente aumentou a demanda por operações, fazendo com que os problemas então passassem a ser vistos e tomados como assuntos de interesse internacional levando a opção de compartilhamento de responsabilidades (Blanco, 2014). Isto se deve a (1) transição da era de bipolaridade para o mundo globalizado e a ascensão do liberalismo e o discurso defensor dos valores ocidentais, e, (2) a mudança das características das configurações dos conflitos, havendo diminuição daqueles de caráter interestatais e aumento de conflitos civis e fragmentação estatal.

Sendo assim, nesse contexto, as operações *peacebuilding* são introduzidas com o objetivo de reconstruir os espaços que foram afetados pelo conflito, construindo novos ambientes capazes de garantir uma paz positiva que tenha a função de restabelecer a normalidade da situação – neste caso, acredito e defendo que ocorre de fato apenas na esfera teórica.

Os princípios norteadores das operações de paz da ONU se caracterizam em neutralidade, imparcialidade e consentimento das partes envolvidas, porém, esses princípios são frequentemente questionados quando utilizados para aplicá-los em cenários de conflitos

internos onde as dinâmicas sociais, políticas e econômicas são diversas e complexas, apresentando interesses divergentes de diversos atores envolvidos. Paris (2004) destaca que as operações de paz da ONU sempre deram prioridade às soluções rápidas que trouxessem soluções imediatas, nessa abordagem, as causas estruturais não eram levadas em consideração. A principal crítica que o autor então traz em sua obra *At War's End: Building Peace After Civil Conflict* é a forma como a Paz Liberal se promove através da defesa da democratização, mercado livre e diversos outros ideais deste modelo (Paris, 2004).

Ao colocar a Paz Liberal neste contexto, Oliver Richmond traz a observação de como este modelo é pertencente a um projeto neocolonial inserido nas operações de paz. O autor traz a análise de como as missões refletem valores ocidentais sobre sociedades em pós-conflito, destacando a falta de consideração às dinâmicas locais (Richmond, 2005). As falhas desse modelo em abordar as causas mais profundas do conflito evidenciam as desigualdades estruturais. Em *Does peacekeeping Work? (A manutenção da paz funciona?)*, a autora Virginia Fortna confirma isto argumentando que a forma como as missões de *peacekeeping* reduzem a violência funcionam apenas em curto prazo. A principal crítica acerca desta abordagem liga a falta de atenção às estruturas com a incapacidade de garantir uma paz duradoura após retirada das tropas (Fortna, 2008).

O debate se estende ao perceber que as operações de paz são um espaço utilizado pelas grandes hegemônias para transferir seus maiores interesses geopolíticos, Adam Roberts analisa como as potências frequentemente utilizam a ONU como ferramenta para legitimar suas agendas, em vez de buscar soluções imparciais e efetivas para os conflitos (ROBERTS, 1994). Os apontamentos trazem um importante destaque à característica da aplicação de cima para baixo adotada pela ONU. Séverine Autesserre, em *Peaceland* (Terra da Paz), faz uma crítica a esta abordagem defendendo que desta maneira as dinâmicas locais não são respeitadas e inferiorizam as capacidades das comunidades afetadas. Dessa forma, este modelo de aplicação compromete a efetividade das missões, uma vez que soluções padronizadas nem sempre atendem às necessidades específicas de cada região (Autesserre, 2014).

Estes apontamentos se direcionam ao modelo de *peacebuilding* praticado internacionalmente e os autores compartilham das mesmas visões sobre suas configurações. Paris (1997) afirma que a estrutura do *peacebuilding* é nada menos que:

Um experimento que envolve o transplante de modelos ocidentais de organização social, política e econômica entre estados envolvidos em guerra com o intuito de controlar o conflito civil: em outras palavras, pacificação por meio da liberalização política e econômica” (Paris, 1997. p. 56).

Newman, Paris e Richmond (2009) trazem em “*new perspectives on liberal peacebuilding*” uma interessante abordagem sobre as principais críticas acerca das operações *peacebuilding* aplicadas internacionalmente. O debate em torno dos apontamentos críticos traz reflexões da forma como ocorre a implementação e o que isto reflete, evidenciado que a natureza e o impacto do *peacebuilding* liberal é associado ao que a paz liberal defende, onde há a associação de seus modelos a modernidade e normalidade internacional os colocando como o caminho mais eficaz de se alcançar uma paz duradoura (Newman, Paris, Richmond. 2009).

Esta normalidade colocada como padrão de encaixe das sociedades e das configurações do Estado pode ser explicada de forma mais clara no que Blanco (2017) traz sobre a normalização de “anormais” na sociedade internacional. O autor argumenta que as operações de paz são utilizadas como um dispositivo de resolução de conflitos internacionais. Os quais ele define como:

um conjunto heterogêneo de atores, conceitos, instituições e práticas – que é central e fundamental para o fomento e para a manutenção da ordem dentro de uma sociedade internacional em particular – uma sociedade (neo)liberal-democrática (Blanco, 2017. p. 84).

É possível, assim, compreender o funcionamento das operações de paz, e a partir disso observar como a ONU utiliza *peacebuilding* como um mecanismo normalizador de imposição de modelos liberais.

Dessa forma, o *peacebuilding* é primeiramente pensado para momentos pós conflitos, Lederach (2012), por outra via, afirma que o *peacebuilding* pode ser uma estratégia de contenção de conflitos também, isto pode ser feito através de uma infraestrutura que sustenta e auxilie no processo ao longo do tempo. Para Lederach, “o conflito não termina com um acordo. A prevenção da violência requer estratégia e engajamento sustentado” (Lederach, 2012. p. 9). Estas afirmações do autor refletem a importância de se repensar as estruturas que sustentam as sociedades em conflitos, pois, a garantia da paz positiva não deve ser limitada apenas em tentar reconstruir um espaço, é necessário identificar as causas e motivações para agir de forma preventiva.

A normalização citada anteriormente é destinada a todos aqueles que sejam considerados “anormais”¹⁴. Esta anormalidade é associada ao que os “normais” compreendem por estar fora de seu padrão de normalidade (Blanco, 2017). Neste caso, podemos elencar esta

¹⁴ Para uma leitura mais aprofundada sobre as normalidades e anormalidades do sistema internacional, recomendo a leitura de “*Normalizing abnormal in the international society: peace operations, Foucault and the English School*”. BLANCO, R. Normalizando Anormais na Sociedade Internacional: Operações de Paz, Foucault e a Escola Inglesa. *Relações Internacionais*, n. 53, p. 83–107, mar. 2017.

anormalidade a tudo que foge do padrão ideal defendido pela paz liberal, onde aqueles que não fossem regidos por este sistema fossem considerados frágeis. As críticas que cercam este modelo defendem que a forma como este é direcionado e instaurado em sociedades instáveis, frágeis e divididas é algo que deve ser considerado problemático, devido ao fato de que mesmo que preguem neutralidade, as operações de paz refletem questões sobre como os atores responsáveis utilizam dos espaços para estender sua área de influência promovendo valores e normas pré-estabelecidas.

Karns e Mingst (2001) também trazem uma crítica acerca da forma como as operações são legitimadas e implementadas. Eles trazem uma diferente abordagem onde argumentam que existem alguns dilemas que podem auxiliar nos questionamentos sobre as estruturas e o funcionamento de toda rede de apoio da ONU em relação às operações. Os autores defendem que os conflitos ao redor do mundo demandam diferentes maneiras de resolução, logo surgem as seguintes indagações: (1) De que maneira e como ocorrem as justificações das intervenções feitas pelas Nações Unidas; (2) Como estas ações podem ter legitimidade, uma vez que tem-se um conselho de segurança alvo de questionamentos sobre sua parcialidade?; (3) De que maneira as Nações Unidas conseguem ter controle sobre a influência de potências regionais sobre as intervenções em conflitos (Karns, Mingst, 2001).

Estes questionamentos incitam a reflexão sobre de que maneira pode-se confirmar a legitimidade e transparência de operações que estão sob controle de hegemonias que, muitas vezes escondem sobre o papel de ajudar seus verdadeiros interesses e os interesses das forças existentes no sistema internacional, todas elas voltadas a grandes atores e até mesmo empresas do setor privado que buscam vantagens facilitadas pelos modos de exploração capitalista dentro de um sistema de direcionamento liberal. Este controle se deve pela “divisão de tarefas” definida pela ONU ao delegar cada situação a um ator específico.

De maior importância para a manutenção da paz e aplicação da ONU, no entanto, tem sido o surgimento, na década de 1990, de coalizões ad hoc de estados que assumem o que equivale a papéis subcontratados: os EUA na Somália e no Haiti, a França em Ruanda e a Austrália em Timor Leste. Esse padrão coincidiu com o aumento do envolvimento das grandes potências em geral no fornecimento de forças militares para a manutenção da paz e com o desenvolvimento da própria manutenção da paz de terceira geração. A participação das grandes potências acarreta riscos, seja porque elas têm um histórico de envolvimento passado (por exemplo, os EUA no Haiti e a França em Ruanda) ou porque os interesses nacionais das grandes potências e os interesses internacionais podem não coincidir. A prática da "subcontratação" levanta uma série de questões difíceis (Karns, Mingst, 2001. p. 227)¹⁵.

¹⁵ Tradução própria. No original: *Of greater importance for UN peacekeeping and enforcement, however, has been the emergence in the 1990s of ad hoc coalitions of states undertaking what amounts to subcontracted roles: the USA in Somalia and Haiti, France in Rwanda, and Australia in East Timor. This pattern has coincided with the increased involvement of major powers generally in providing military forces for peacekeeping, and with the*

Sob essa perspectiva, é importante refletir sobre o papel da ONU em guiar as intervenções e quais são os limites que devem ser levados em conta ao se posicionar em situações de conflitos. Michael Barnett argumenta que a ONU tem incoerência estratégica ao frequentemente refletir os interesses das grandes potências, que compromete sua imparcialidade e legitimidade (Barnett, 2002). Como consequência, esta divisão de tarefas adotadas em operações multidimensionais também enfrenta problemas de coordenação. A pluralidade dos atores é suficiente para que se tenha sobreposição de funções, influenciando na desorganização comprometendo a eficácia das missões, reduzindo sua capacidade de gerar resultados sustentáveis (Barnett, 2002).

Ainda numa abordagem sobre poderes e influências, os Estados Unidos reformularam sua projeção desses tópicos após o fim da guerra fria, com a bipolaridade que terminava havia a prevalência do sistema capitalista liderado pelos Estados Unidos e seu caráter liberal quando se trata de relações internacionais. Dessa forma:

Não há dúvidas de que os interesses dos Estados Unidos e os princípios da ONU se sobrepõem. Em resposta à Agenda para Paz de 1992, o governo de Bush prometeu treinar tropas americanas para operações multilaterais humanitárias de manutenção da paz” (Karns, Mingst, 2001. p. 227).

Nesse sentido, é evidenciado que os Estados Unidos com sua grande e influente hegemonia possuem recursos suficientes para propagar seus modelos ocidentais de governança, democracia e por consequência, de paz. Isto traduz o que as críticas abordam sobre os reais interesses das potências em comandar missões. O mesmo ocorre com os demais países permanentes do conselho de segurança, China, Rússia, França e Inglaterra.

De maneira resumida, as operações de paz são um espaço utilizado pelas grandes hegemonias para transferir seus maiores interesses geopolíticos. Adam Roberts analisa como estas potências frequentemente utilizam a ONU como ferramenta para legitimar suas agendas, em vez de buscar soluções imparciais e efetivas para os conflitos (Roberts, 1994). Os debates trazem um importante apontamento à característica da aplicação de cima para baixo adotada pela ONU.

De forma complementar, Séverine Autesserre, em *Peaceland* (Terra da Paz), também faz uma crítica a esta abordagem defendendo que desta maneira as dinâmicas locais não são respeitadas e inferiorizam as capacidades das comunidades afetadas. Assim, este modelo de aplicação inserido nos moldes da Paz Liberal compromete a efetividade das missões, uma vez

development of third-generation peacekeeping itself. Participation by major powers entails risks either because they have a history of past involvement (for example, the USA in Haiti and France in Rwanda) or because the national interests of the major powers and international interests may not coincide.²⁷ The practice of “subcontracting” raises a number of difficult issues (Karns, Mingst. 2001. p. 227).

que soluções padronizadas nem sempre atendem às necessidades específicas de cada região (Autesserre, 2014).

Em síntese, com base nos pontos de vista apresentados, o fim da Guerra Fria pode ser associado ao início da implementação de uma agenda liberal de paz, apoiada globalmente pela influência das hegemonias ocidentais. Karns e Mingst (2001) destacam que, durante a década de 1990, houve um aumento na atribuição de responsabilidades a participantes do sistema internacional. Isso, sem dúvida, reflete a dinâmica de poder assimétrica e destaca a influência dos países dominantes nessas iniciativas. Os principais focos de críticas percebidos são voltados à compreensão das realidades locais e como é necessário dar atenção às profundidades dos conflitos de forma a não perpetuar as violências existentes.

Este ponto está relacionado ao questionamento sobre a capacidade da ONU em lidar com diversos conflitos ao mesmo tempo e sobre a relação entre seu alcance e a eficiência das intervenções. Vale ressaltar que os países envolvidos têm participação na organização e implementação principalmente por seus históricos de envolvimento no fornecimento de forças militares. Não por acaso, estes países são os mesmos que tiveram destaque e hegemonia em períodos de colonização e imperialismo internacional. Entendendo toda essa lógica, percebe-se então onde há a limitação da influência da Paz Liberal no modelo de *peacebuilding* defendido e aplicado internacionalmente.

Em tese, é possível compreender o processo de amadurecimento, defesa e implementação da Paz Liberal após o fim da Guerra Fria, marcado por uma forte inclinação ideológica e pela reafirmação dos princípios ocidentais. Com a mudança no padrão de configuração dos conflitos, a ONU também precisa se adaptar, considerando quando e como intervir, além de entender os contextos e particularidades de cada localidade receptora de suas operações.

4. ESTUDO DE CASO – MINUSTAH

Este capítulo tem como objetivo apresentar um estudo de caso sobre a MINUSTAH, integrando a teoria discutida com a prática observada durante a missão. A análise busca exemplificar de forma clara e consistente os conceitos abordados, para verificar se está comprovado ou não a hipótese inicial e responder à pergunta de partida. Para isso, foram explorados aspectos como a histórico e geopolítica do Haiti, os motivos que levaram ao estabelecimento desta operação, os principais atores envolvidos, seu tempo de duração e seus objetivos centrais.

O foco principal é demonstrar como o modelo liberal da paz foi implementado por meio do projeto de *peacebuilding* conduzido pela MINUSTAH. A partir dessa perspectiva, foram destacadas as contribuições da missão, o contexto do país antes e após a operação, e a eficácia da intervenção no que diz respeito à reconstrução da paz e à estabilização do Haiti. Neste contexto, para compreender os desafios e os resultados da MINUSTAH, é essencial contextualizar a missão dentro da trajetória histórica do país, marcada por séculos de colonialismo, escravidão e dependência internacional. Essa contextualização permite questionar até que ponto o modelo liberal de paz, defendido pela ONU e pelas potências internacionais, consegue abordar as raízes estruturais dos conflitos e das desigualdades no Haiti.

Assim, a reflexão de Trouillot (1995), em *Silencing the Past: Power and the Production of History* (Silenciando o passado: poder e a produção da história), oferece uma lente crítica para analisar a MINUSTAH e o discurso da paz liberal. Trouillot discute como o silenciamento ocorre nas diversas esferas da história, destacando que as narrativas históricas são frequentemente moldadas por aqueles que detêm o poder. Essa produção seletiva da história pode ser observada na forma como a ONU e as potências internacionais justificam intervenções em Estados considerados falidos ou instáveis, enquadrando-as como necessárias para a promoção da paz e da estabilidade. No entanto, como aponta Trouillot, esse discurso frequentemente ignora as causas profundas das fragilidades estatais, como as sequelas do colonialismo e do imperialismo, que continuam impactando países como o Haiti.

A abordagem de Trouillot sobre o silenciamento histórico ajuda a entender como a trajetória do Haiti foi marginalizada e deturpada ao longo dos séculos, desde a colonização francesa até a influência contemporânea dos Estados Unidos. Esse processo de silenciamento não apenas obscurece as raízes dos problemas haitianos, mas também legitima intervenções internacionais que, embora apresentadas como soluções, muitas vezes perpetuam dinâmicas de dependência e desigualdade. Ao analisar a MINUSTAH, é possível perceber como a missão, embora tenha sido justificada pelo discurso da paz liberal, enfrentou limitações significativas em um contexto marcado por profundas marcas de dominação externa,

fragilidades institucionais e desigualdades socioeconômicas. Esses fatores impedem o Estado haitiano de se estruturar de forma autônoma e eficiente, dificultando a reconstrução da paz e o desenvolvimento sustentável.

As consequências deixadas pelo período de colonização, escravidão e constante dependência internacional tornam-se evidentes ao analisar a MINUSTAH e a forma como a ONU e outras grandes potências, por meio do discurso da defesa da paz já inserido em um viés liberal, reconfiguram as dinâmicas de poder no Haiti. Esse processo remonta à colonização francesa, que moldou as estruturas de exploração e dominação no país, e se estende à influência dos Estados Unidos, que, aproveitando-se da proximidade geográfica e de sua zona de influência, impuseram seus interesses sobre o Haiti e seus governos.

Ao final, espera-se fornecer uma visão abrangente sobre o impacto da MINUSTAH, tanto no âmbito político e social quanto na reconfiguração da geopolítica haitiana, permitindo uma reflexão crítica sobre os limites e as possibilidades das operações de paz no contexto internacional contemporâneo. A análise também buscará avaliar se a missão conseguiu, de fato, promover a reconstrução da paz e o desenvolvimento sustentável no país, considerando os desafios enfrentados e os resultados obtidos, bem como as complexidades históricas e estruturais que continuam a moldar o Haiti.

4.1 Contexto histórico- da colonização à minustah

O Haiti é um país situado na ilha de Hispaniola, entre o mar do Caribe e o oceano Atlântico, e compartilha o espaço com a República Dominicana (Figura 2). Seu nome vem de um idioma chamado “Taíno” que tem o significado de “terra montanhosa”, isto reflete a geografia física que consiste em 80% do território coberto por montanhas (Bellegarde-Smith, 2004). Além disso, há também escassez de terras aráveis, sendo somente 17% do espaço, o que limita a agricultura. Em relação aos recursos minerais, o Haiti possui níquel, ferro, bauxita e cobre, porém, a ausência de ouro e prata não incentivou o interesse europeu nesse mercado, fazendo com que fosse optado a produção de açúcar e outros cultivos sob mão de obra escravizada (Bellegarde-Smith, 2004).

Figura 2- Mapa político da ilha de *Hispaniola*



Fonte: SHVILI, J. The Divided Sea Islands Of The World.¹⁶

Patrick Bellegard-Smith (2004) em *Haiti: The breached citadel* (Haiti: a cidadela violada), traz uma importante reflexão sobre como uma nação pode ter suas estruturas moldadas por diversos fatores, como a demografia, relações e influências internas e externas e recursos naturais disponíveis. Nesse sentido, atravessado pela colonização das Américas, a situação deste país é algo que chama atenção pelas profundas marcas que este período deixou. A importância de se estudar o caso Haiti está fundamentada na forma como os diversos processos históricos internacionais influenciaram o cenário atual do Estado Haitiano e sua estruturação.

Com a chegada de Cristóvão Colombo no território do que hoje são as Américas, em 1492, inicia-se o período de ocupação e exploração do território que foi nomeado de “*Hispaniola*”, fomentadas pela intenção de explorar as riquezas presentes e obter dali, sobre mão de obra escravizada, lucros para a metrópole, beneficiando então as elites e o comércio das grandes potências da época (Alves Durans, Estrela Santos, 2016).

O significado histórico do Haiti é digno de reconhecimento, pois trata-se de uma das primeiras independências das Américas, sendo a única vinda de uma revolução bem-sucedida liderada pela população negra escravizada (Alves Durans, Estrela Santos, 2016). Sendo assim, é necessário compreender as dinâmicas e estruturas que permeavam o país no período colonial para então relacionar com a situação atual e como ao longo de sua trajetória histórica os silenciamentos e a dominação externa vinda dos mais poderosos se repete com a chegada da

¹⁶ Disponível em:

https://www.worldatlas.com/geography/the-divided-sea-islands-of-the-world.html#h_51997678113271623651076668. Acesso em: 30 jan. 2025.

MINUSTAH, evidenciando ainda mais as violências cometidas, sobretudo aquelas que deixaram marcas estruturais. O território primeiramente pertencia à Espanha, até que então, após a divisão da Ilha, a França ganhou o domínio da parte ocidental. Naquele momento, o Haiti se caracterizava como a colônia francesa mais próspera.

Segundo Gorender (2004), a posição se devia a ótima produção de café, cacau, algodão e principalmente o açúcar que se destacava entre os demais cultivos. De fato, era um território muito lucrativo, porém, todo poder era centralizado nas elites brancas. Cerca de meio milhão de escravizados negros eram dominados por uma porcentagem significativamente pequena de brancos (aproximadamente 30.000), detentores de terras, e seus auxiliares (Gorender, 2004). Esta configuração se sustentava do modelo de *plantation* adotado, este modelo econômico influenciava nas dinâmicas entre os grupos os dividindo racial e socialmente, e como consequência, serviu de base para fomentar as revoltas que culminaram na Revolução Haitiana, confrontando a ordem colonial servindo como incentivo e inspiração para as demais colônias (Bellegarde-Smith, 2004).

A independência foi declarada somente em 1804, porém não foi suficiente para acabar com a estrutura política e social vigente. Segundo a autora Vanessa Braga Matijascic (2010, p. 5) “a independência política do Haiti representou ameaça aos interesses políticos e econômicos das potências europeias, pois temiam que o acontecimento estimulasse outras colônias a lutar por emancipação”. Consequentemente, o poder manteve-se centralizado na minoria mulata, garantindo privilégios e defesa de interesses para esta elite com o trabalho da grande parcela dos haitianos, os ex-escravos negros.

Ao longo dos anos, os conflitos sociais também se agravaram em decorrência da crônica dependência econômica. A França reconheceu a emancipação política do Haiti em 1824, mas exigiu que fosse indenizada pela perda da colônia. Mesmo buscando ampliar parcerias comerciais, dificilmente a elite haitiana conseguiria pagar a indenização à França (Matijascic, 2010, p. 1).

Dessa forma, o país se tornou incapaz de conseguir se erguer como um Estado com instituições eficientes. Junto a isto, a instabilidade que antes fez com que a população violentada se revoltasse ainda era mantida. Disputas internas por poder surgiram, pois dentre os grupos, era preferido que houvesse intervenção externa a ceder o poder para outros (Nicholls, 1996 *apud* Matijascic, 2010). Posteriormente, uma série de governos mal-sucedidos refletiam como o resultado de anos de instabilidade e subordinação pode desestruturar a economia e a política do país, evidenciando a incapacidade e a falta de poder sobre a própria

gerência. Esta incapacidade tornou favorável a união dos interesses das potências em adquirir mais influência à necessidade de ajuda do país (Matijascic, 2010).

No século XX, a instabilidade política ainda tomava de conta do país, Smith (2017) afirma que a situação do Haiti nesse período pode ser vista de diversos modos como uma “exploração do abuso de poder” (Smith, 2017. p. 198). Por se tratar de uma região estratégica daquele momento, e por não ter predominante influência de nenhuma das potências, o Haiti se tornou palco de disputas de interesses externos onde a “proteção dos indivíduos” era utilizado como principal foco, porém, essa justificativa “camuflava o interesse em manter o Haiti sob dependência político-econômica” (Matijascic, 2010, p. 6). “A partir de um regime político de muita opressão à sociedade civil, as estruturas do Estado haitiano parecem herdar o instrumento de controle mais usual do colonialismo: a violência” (Rosa, 2006. p.10).

Sendo assim, os golpes e intervenções externas evidenciaram a instabilidade governamental e os reais interesses das políticas neoliberais. Nesse cenário, o Haiti foi palco da ditadura de Jean François Duvalier (Papa Doc, 1957-1971), que mais se destacou dentre as anteriores por ter sido extremamente repressivo e por ser altamente aliado aos Estados Unidos de forma a se tornar uma forte zona de influência (Alves Durans, Estrela Santos, 2016). Em seguida, após sua morte, seu filho Jean Claude Duvalier (Baby Doc, 1971-1986) assume o poder dando continuidade a um mandato aos moldes do pai. Após este período, Jean Bertrand Aristide assumiu a presidência (1990) através da primeira eleição democrática do país (Gorender, 2004). O fato da primeira eleição ter sido somente, quase, 200 anos após a revolução, deixa evidente como forças externas foram essenciais para a constante incapacidade e instabilidade do país em se estruturar, e nesse cenário, menos de um ano após sua eleição, Aristide é deposto.

A resolução N° 841 do Conselho de Segurança da ONU (ONU, 1993) trouxe o estabelecimento de sanções ao Haiti, com o intuito de as forças internas dessem o poder de volta, no relatório é identificado a justificativa da defesa dos direitos humanos e do estabelecimento da Paz, que se faria presente com o retorno do presidente. Posteriormente, a resolução N° 867 (ONU, 1993) estabeleceu a primeira missão comandada pelo CSNU, a Missão das Nações Unidas no Haiti (UNMIH), que visava restaurar a democracia dentro do país. Porém, a efetivação desta missão só foi possível após a intervenção multinacional assegurada pela resolução N° 940 da ONU (ONU, 1994) comandada pelos Estados Unidos.

O poder da força da Paz Liberal se comprova ao observarmos que o retorno de Aristide ocorreu com a justificativa de assegurar a paz e estabelecer a democracia, porém, segundo Alves Durans e Estrela Santos (2016), os Estados Unidos apoiaram esta missão pois

seus interesses eram pautados na implementação de sua agenda neoliberalista no governo de Bill Clinton. Neste contexto, os ideais da Paz liberal já eram defendidos, o que leva a compreensão de como esta é apenas a reafirmação de processos de dominação. Sendo assim, após a intervenção, Aristide retorna ao poder, governando até o fim de seu mandato.

Em seguida, René Preval assume o poder através de eleições democráticas, sendo apoiado por Aristide, entretanto, seu mandato se inicia sob forte influência dos Estados Unidos. De acordo com Alves Durans e Estrela Santos (2016), esse foi um período que diversas privatizações em serviços básicos para população foram feitas, abrindo cada vez mais espaço para entrada de projetos de grandes atores. Ao longo da história, diversas intervenções tanto externas independentes quanto da ONU ocorreram anteriores à MINUSTAH. Os intervalos entre uma crise política e outra ficavam menores com o passar do tempo, e novamente Aristide retornou ao poder, porém, uma série de revoltas o fez ser deposto, gerando uma situação de crise, sendo assim, a ONU decidiu implementar a Missão da Nações Unidas para Estabilização do Haiti. A próxima seção traz de forma mais detalhada a estrutura, relatórios e metas da operação.

4.2 A minustah: estruturação e objetivos

Anterior ao estabelecimento da MINUSTAH, através da resolução do Conselho de Segurança Nº 1529, de 2004, foi assegurada a criação da “Força Multinacional Provisional”, que por sua vez tinha o intuito de ser uma base para estabilização no país, prestando apoio político e securitário após a deposição do então presidente Aristide, que se exilou devido a uma série de conflitos armados ao redor do país que iam contra sua posição (Nações Unidas, 2017). Esta força tinha como função apoiar as estruturas do Estado a fim de restabelecer a ordem, dessa forma, as principais finalidades acordadas foram:

- a. Contribuir para a criação de um ambiente de segurança e estabilidade na capital haitiana e no resto do país, conforme apropriado e as circunstâncias permitirem, a fim de apoiar o pedido do Presidente Alexandre de assistência internacional em apoio ao processo político constitucional em curso no Haiti;
- b. Facilitar a prestação de assistência humanitária e o acesso de trabalhadores humanitários internacionais aos haitianos necessitados;
- c. Facilitar a prestação de assistência internacional à polícia e à guarda costeira haitianas para estabelecer e manter a segurança e a ordem públicas, e para promover e proteger os direitos humanos;

- d. Apoiar a criação das condições necessárias para que as organizações internacionais e regionais, em particular as Nações Unidas e a Organização dos Estados Americanos, prestem assistência ao povo do Haiti;
- e. Coordenar as atividades, conforme necessário, com a Missão Especial da Organização dos Estados Americanos e o Assessor Especial das Nações Unidas para o Haiti e evitar uma maior deterioração da situação humanitária; (Nações Unidas, resolução 1529, p. 2).

O relatório dirigiu a comunidade internacional a colaborar com as forças da ONU para apoiar a reconstrução da democracia através de instituições eficientes que promovessem desenvolvimento econômico e diminuição da pobreza (Nações Unidas, 2004). Esta resolução defendia a necessidade de uma intervenção externa para que fosse possível restaurar a ordem e proteger a população civil, argumentando que a presença de atores internacionais ajudaria a conter a escalada da violência. Em resumo, a Força Multinacional Provisional foi apresentada como uma solução primeiramente temporária, até que então surgiu a necessidade de se estender o alcance e os objetivos, levando assim à adesão da MINUSTAH.

No mesmo documento, também é defendido o alcance de uma solução pacífica por considerar a conjuntura local como uma ameaça à paz e estabilidade dos demais Estados da região Caribenha (Nações Unidas, 2004, Resolução Nº 1529). Ao definir a situação como uma ameaça, fica evidente como este discurso é instrumento da Paz Liberal, pois legitimou a intervenção externa sob a justificativa de garantir segurança e paz sobre moldes ocidentais de governança. Isto se reflete na Resolução Nº 1529, ao mobilizar forças estrangeiras para garantir a estabilização defendendo reformas institucionais e fortalecimento da economia de mercado.

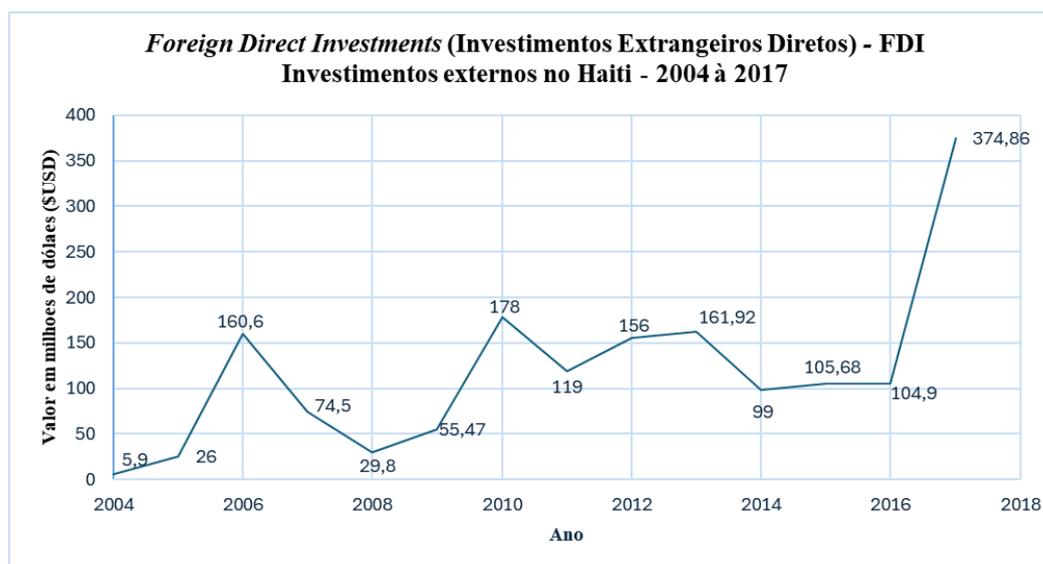
Roland Paris (2004) por sua vez, critica a imposição de modelos ocidentais de democracia e economia em contextos pós-conflito, argumentando que “a paz liberal muitas vezes ignora as complexidades locais e pode até exacerbar tensões existentes” (Paris, 2004, p. 56). No caso do Haiti, a imposição de eleições rápidas sem a construção de instituições sólidas levou a ciclos de instabilidade política até hoje.

Nesse contexto, a Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti foi estabelecida em junho de 2004 assegurada pela resolução Nº 1542 do Conselho de Segurança. Com o objetivo de dar continuidade ao trabalho iniciado, foi tido como objetivo assegurar uma paz sustentável no cenário que se encontrava o país. Esta primeira missão de *peacebuilding* foi estabelecida tendo um primeiramente um mandato temporário que posteriormente se estendeu por mais treze anos, durando de 2004 a 2017 (Louis, 2022). A missão foi estabelecida pelo Conselho de Segurança em resposta à crise humanitária e política

que se espalhava pelo país. No documento, é possível encontrar objetivos como “ajudar no fortalecimento das instituições haitianas e no processo político” e “restaurar e manter um ambiente seguro e estável” (Nações Unidas, 2004, p. 2).

Sob um olhar crítico, esses objetivos refletem a presença dos princípios de uma Paz Liberal como solução, e isto fica evidente ao observar a prioridade reforçada ao longo do relatório em promover a “estabilização” por meio de segurança, reconstrução institucional e desenvolvimento econômico, além de frisar a importância do auxílio de instituições financeiras neste processo. A figura 3 demonstra a representação em números, dados de FDI - *Foreign Direct Investments* (Investimentos Estrangeiros Diretos)¹⁷ recebidos durante o período de atuação da MINUSTAH, onde os números demonstram o crescimento significativo após o ano de 2004 (implementação), o que comprova o crescimento da presença externa dentro do país:

Figura 3 – Investimentos externos no Haiti (2004-2017)



Fonte: UNCTAD. World Investment Report 2024.¹⁸

Dessa forma, a MINUSTAH foi criticada por sua abordagem hierárquica, que marginalizou atores locais e perpetuou a dependência do Haiti em relação à ajuda internacional. Como observa Sabine Kurtenbach (2013), “a missão foi mal-sucedida em envolver a sociedade civil haitiana de maneira significativa, resultando em uma paz superficial e insustentável” (Kurtenbach, 2013, p. 78). A falta de participação local na

¹⁷ Os *Foreign Direct Investments* são investimentos financeiros recebidos de atores externos, destinados a infraestrutura, empresas ou aplicação em negócios.

¹⁸ Disponível em: <https://unctad.org/publication/world-investment-report-2024>. Elaborado pelo autor.

formulação de políticas e projetos de reconstrução foi um dos principais pontos fracos da missão.

Um fator que comprova a missão como ferramenta que alimentava interesses externos pode ser observado ao relacionarmos as motivações e os moldes de implementação desta missão com o que a Carta das Nações Unidas defende. De maneira mais específica, os artigos 33 e 34 presentes no capítulo VII, respectivamente, dizem que:

Artigo 33 - As partes em uma controvérsia, que possa vir a constituir uma ameaça à paz e à segurança internacionais, procurarão, antes de tudo, chegar a uma solução por negociação, inquérito, mediação, conciliação, arbitragem, solução judicial, recurso a organismos ou acordos regionais, ou a qualquer outro meio pacífico à sua escolha [...].

Artigo 34 - O Conselho de Segurança poderá investigar sobre qualquer controvérsia ou situação suscetível de provocar atritos entre as Nações ou dar origem a uma controvérsia, a fim de determinar se a continuação de tal controvérsia ou situação pode constituir ameaça à manutenção da paz e da segurança internacionais” (Nações Unidas, 1945. p. 22-23).

Estes artigos, em resumo, abordam a mediação da ONU como algo destinado a disputas entre nações discordantes que possam causar ameaças a comunidade internacional, sempre em tom de sugestões, suporte e mediação. No entanto, a incoerência surge ao analisarmos que o caso do Haiti, que não se encaixa neste contexto, pois não havia um conflito armado entre duas partes em desacordo, o que inviabiliza um acordo de paz. Sendo assim, há espaço para observar controvérsias nas justificativas da ONU (Bhatt, Grandin. 2011).

Nesse sentido, é perceptível que esses objetivos visam principalmente a contenção de violências diretas, como a proteção dos civis através do reforço policial no apoio a Polícia Nacional do Haiti. Porém, as problemáticas que cercam o país são estruturadas em uma base muito forte de desigualdades e exploração. Estas justificativas silenciam as reais causas e estruturas da situação ao impor um modelo universal pautado em princípios aplicados de cima para baixo. No caso da MINUSTAH, não foi buscado apenas restaurar a ordem, mas também reconfigurar o Estado sobre os moldes liberais uma vez que seu suporte foi direcionado à promoção de eleições, reformas nas instituições do Estado e o preparo das forças de segurança (Nações Unidas, 2004, resolução N° 1542). Logo, fica subentendido, que por não se inserir na normalidade (no sentido que Blanco, 2017, define), o Haiti era passível de (mais uma) intervenção.

Louis afirma que: “mesmo que não haja mais a dominação de maneira formal entre metrópole e colônia, as operações de paz da ONU através dos processos de estabilização e

reconstrução do Estado haitiano denotam a manutenção do domínio dos países ocidentais sobre o Haiti na esfera social, econômica, cultural e de conhecimento.” (Louis, 2022, p. 73). Em concordância, Rosa (2006) argumenta que a situação de desigualdade que violenta, principalmente, os grupos historicamente discriminados é uma consequência de todo projeto colonial. A autora também afirma que “se o racismo e o colonialismo são os dois grandes males do Haiti, a nação ainda os está regurgitando, após duzentos anos, na tentativa de um renascimento político, social e cultural. O veneno destes males fundou a nação [...]” (Rosa, 2006, p. 3). Nesse sentido, o renascimento que a autora cita, por sua vez, é impossibilitado quando todo passado de violações é ignorado, o que consequentemente abre espaço para soluções superficiais que não investiguem ou procurem observar como as problemáticas não se formaram de maneira repentina.

Em relação à segurança dos civis, muitos relatos indicam que a presença das tropas da MINUSTAH contribuiu para evidenciar problemáticas de insegurança humana em diversas dimensões. A insegurança física divide espaço com a desconfiança e o medo da população, que consideravam a missão como algo que mantinha a ordem de acordo com os interesses internacionais, e não focavam em atender as reais necessidades. O sentimento de vulnerabilidade se intensificava com o crescente número de violações. A missão foi marcada por escândalos de abusos sexuais cometidos por soldados da ONU, incluindo a exploração de mulheres e crianças.

Além disso, a introdução da cólera no Haiti por tropas nepalesas da MINUSTAH, em 2010, levou a uma epidemia que matou inúmeros haitianos (Seguy, 2015; Le Nouvelliste, 2005; Alterpresse, 2007). Como relata Jake Johnston (2016), “a ONU não apenas fracassou em assumir a responsabilidade pelo surto de cólera, mas também negou qualquer ligação com a epidemia por anos” (Johnston, 2016, p. 112). Esses episódios minaram a legitimidade da missão e expuseram as contradições do discurso de direitos humanos promovido pela paz liberal.

Skye Wheeler (2020), pesquisadora da *Human Rights Watch*, descreve em uma breve matéria sobre uma das inúmeras mulheres vítimas de abuso e a problemática dos filhos deixados por agentes das forças da MINUSTAH. Estes casos se tornam uma preocupação e um obstáculo para a garantia da paz, os prejuízos emocionais e a adição de custos à vida de uma população de mulheres em situação de vulnerabilidade demonstram de forma clara a violação direta e indireta cometidas durante a missão (Wheeler, 2010). Isto reflete que a prioridade dada à estabilização de questões políticas e de Estado deixou em segundo plano os impactos sociais da presença das tropas. Segundo a pesquisadora, essa problemática é

presente em diversas outras missões, comprovando com números que “dos 2.500 membros da comunidade entrevistados pelos pesquisadores sobre viver em cidades com forças de paz, 10% levantaram a questão dos filhos dos soldados.” (Wheeler, 2010, s.p.).

A insegurança gerada pelas ações das tropas gerava desconfiança entre a população. Episódios incluindo uso excessivo da força e repressão deixam claro a maneira como a missão não cumpriu seu compromisso com os principais afetados: os civis. Juan Gabriel Valdés, ex-representante do Secretário Geral das Nações Unidas no Haiti, analisa em seu artigo “*La MINUSTAH y la reconstrucción del Estado haitiano*”, (A MINUSTAH e a reconstrução do estado do Haiti), o impacto da missão na reconstrução do Estado haitiano. Ele destaca que a crise não se restringia apenas à questão de segurança voltadas a prevenção de violências diretas, as raízes do problema eram mais profundas e necessitavam de uma abordagem mais coerente. O autor aponta também que a missão não foi capaz de resolver os problemas, uma vez que seu caráter é histórico e exige um compromisso mais profundo (Valdés, 2008). Sendo assim, em suas palavras “a força não substitui a política” (Valdés, 2008. P, 131).

Séguy (2015, p. 524) descreve que, durante o terremoto de janeiro de 2010 que devastou a capital do Haiti, as atividades do Estado foram efetivamente privatizadas por ONGs e, em particular, pela introdução da bactéria da cólera, trazida pelos capacetes azuis nepaleses alojados em uma base da ONU, em Mirebalais, na região sul do país. A bactéria se propagou para afluentes do rio Artibonite e outras áreas, resultando em milhares de mortes. Naomi Klein (2007) complementa essa perspectiva ao argumentar, que crises humanitárias são frequentemente aproveitadas para promover agendas neoliberais, como ocorreu no Haiti, onde a assistência internacional foi direcionada para projetos que beneficiaram empresas estrangeiras em detrimento da população local.

É nesse mesmo sentido que Jemima Pierre (2013) destaca a necessidade de compreender a “localização estrutural” do Haiti, especialmente no contexto do terremoto ocorrido em janeiro de 2010, à luz do sistema global de dominação e suas estruturas de poder. A autora argumenta que o Haiti, frequentemente, retratado como o “Selvagem” no imaginário ocidental, ocupa um lugar central na justificação e perpetuação da paz liberal e dos regimes político-econômicos neoliberais. Pierre vai além ao questionar: “Por que o Haiti é necessário para o fortalecimento contínuo dos preceitos da paz liberal e das estruturas neoliberais contemporâneas?” (Pierre, 2013, p. 113).

Ela destaca que a condição do Haiti, na sua representação como um “Outro”, inferior e caótico, não apenas legitima intervenções militares e humanitárias, mas também sustenta lógicas neocoloniais e neoliberais que reforçam a dominação global. Em outras palavras, a

marginalização do Haiti não é algo do acaso, mas sim algo funcional para a manutenção de um sistema que depende da exploração e subjugação de países periféricos (Pierre, 2013). Essa análise revela como a paz liberal e o neoliberalismo se alimentam da desumanização e da exclusão do Haiti, perpetuando ciclos de dependência e violência estrutural.

Dessa forma, a MINUSTAH desempenhou um papel essencial na projeção do projeto neoliberal que o Ocidente estabeleceu no Haiti, um projeto que visa manter o país como uma força de trabalho de baixo custo na divisão internacional do trabalho. Essa dinâmica reforça a posição do Haiti como um Estado periférico, subordinado aos interesses econômicos e políticos das potências hegemônicas. A missão, ao mesmo tempo em que promovia a retórica de estabilização e reconstrução, perpetuou estruturas de dependência e exploração que beneficiaram o capital global em detrimento da soberania e do desenvolvimento autônomo do Haiti (Pierre, 2013; Seguy, 2015; Klein, 2007).

Sobre os resultados da missão, pode-se dizer que numa abordagem de melhorias para uma paz negativa, a MINUSTAH conseguiu contribuir até certo ponto, contendo a violência direta em curto prazo, além de obter uma importante função nas eleições de 2004 (Cavalcante, 2009). Porém, esses feitos não podem ser considerados avanços totais para um “sucesso”, pois, apesar disso, a missão não foi capaz de estabelecer uma paz duradoura e fortalecer de forma eficiente as estruturas do país de forma geral. Nesse sentido, a crise na segurança e a ameaça a construção da paz segue sendo algo que assola o país devido às raízes violentas da exploração sofrida durante séculos. Após a saída da MINUSTAH, uma nova missão para estabelecimento de suporte judiciário foi instaurada. A Missão das Nações Unidas para Suporte a Justiça no Haiti (MINUJUSTH) tinha como principal foco o fortalecimento do estado de direito, reconhecendo a crise política incontrolável e o estado de violência que impactava a população (ONU, 2019).

Posteriormente, a morte do presidente Jovenel Moise expôs as fragilidades do Estado haitiano, deixando uma grave crise que evidenciou incapacidade histórica do país em se reconstruir, sob o cenário de controle territorial de grupos armados. Estes acontecimentos resultaram na escalada da violência no país e a ONU demonstrou preocupação com a crise humanitária (Nações Unidas, 2024). A falha da MINUSTAH em fortalecer as estruturas do Estado resultou em mais fragilidades estruturais, facilitando o crescimento da atividade de grupos armados, o que evidencia o descontrole e o aumento da insegurança, além disso, a impunidade das autoridades é algo que prevalece no país dando mais espaço para violação e abuso dos Direitos Humanos (Nações Unidas, 2025), destacando a fragilidade das instituições.

Atualmente, uma missão liderada pelo Quênia foi estabelecida, pois o país segue enfrentando problemas de violência e crise de segurança, com expressivos deslocamentos de mulheres e crianças e o aumento do número de gangues (ONU, 2025). Dessa forma, fica evidente, então, como a complexidade da situação do país reflete problemáticas implementadas na época de colonização que se fizeram persistentes sustentadas por um sistema predominantemente racista, neocolonial e imperialista, e a Paz Liberal, por meio da MINUSTAH, apenas reforçou os padrões de dominação já configurados dentro do Estado haitiano.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo realizar uma análise sobre as implicações da Paz Liberal e como sua implementação gera consequências e traz impactos significativos dentro das operações de paz, trazendo o *peacebuilding* como uma ferramenta de introdução desse modelo liberal para construção da paz. A análise crítica se voltou à atuação da MINUSTAH no período de 2004 a 2017. Partindo de uma profunda revisão teórica e análise de dados qualitativos e quantitativos, foi buscado compreender de que maneira a presença das forças da ONU através desta missão sob a defesa da paz, reconstrução de instituições eficazes e a estabilização evidenciou problemas estruturais e reforçou dinâmicas de dependência externa e desigualdades.

No primeiro capítulo, as definições de paz foram feitas com base no que Galtung (1969) definiu. Foram expostas as principais abordagens e concepções de paz, como Paz Negativa e Paz Positiva, complementares dos conceitos de Violência Direta e Violência Indireta. Estes conceitos basilares permitiram a compreensão da Paz Liberal e sua ampla influência na forma como as operações são conduzidas no cenário internacional. Nesse sentido, foi exposto os princípios deste modelo e sua defesa de que a paz sustentável somente é alcançada através de uma democracia, fortalecimento das instituições e da economia de mercado. Sendo assim, as abordagens críticas sobre esta idealização de paz concluem que a Paz Liberal frequentemente ignora as especificidades, dinâmicas e configurações locais ao sugerir soluções universais, argumentando que a mesma possui impactos que refletem um padrão de comportamento que, de acordo com o que já foi exposto até então, serve para a manutenção das relações de poder existentes no sistema internacional. Em resumo, foi concluído como a paz nos moldes liberais se consolidou como modelo hegemônico de pacificação e se consolidou como abordagem dominante nas missões da ONU.

Ao longo do capítulo 2, a discussão foi aprofundada sobre a estrutura e funcionamento das operações de paz da ONU. Foi percebido que a Guerra-Fria, de fato, serviu como um marco nos estudos da paz e das operações de paz junto a estruturação de um sistema internacional voltado a ideais liberais de mercado, governança e democracia. Nesse contexto, o triunfo do lado capitalista comandado pelos Estados Unidos conseguiu tomar espaço de forma a criar uma ordem mundial onde os valores liberais foram cada vez mais injetados nas sociedades, fortalecendo instituições internacionais como o FMI e o Banco Mundial, fomentando a economia de mercado e valorizando o setor privado onde a

intensificação da globalização promoveu uma interdependência cada vez maior.

Junto a isto, as noções de segurança também foram influenciadas pelo paradigma liberal. A partir disso, a estabilidade social e estatal se associou à promoção da democracia, a implementação dos Direitos Humanos e a valorização da Segurança Humana. Consequentemente, as intervenções se adaptaram ao momento e a paz passou a ser percebida como resultado do desenvolvimento econômico, onde a pobreza e outras mazelas devem ser combatidas, criando espaço para defesa de missões em Estados considerados “falidos” ou “anormais”. Vale ressaltar que, o sentido da falência ou da anormalidade considerada pelo sistema é pautada em identificar aqueles que precisam ser normalizados, e esta identificação é sustentada pela normatividade da Paz Liberal (Blanco, 2017).

Dessa forma, seguindo esta linha de pensamento, as intervenções têm o caráter de serem direcionadas a “aqueles” (anormais/falidos) que precisam de uma solução de acordo com a “minha” visão de estruturação do estado. Não obstante, as críticas estão presentes para destacar a forma como este modelo hegemônico de paz tem poder sobre assuntos internos dos países receptores como forma de propagar seus ideais e defender a perpetuação ou renovação de forças e denominações já existentes.

E é sob a luz desta crítica que o capítulo 3 se estrutura. Os resultados do debate desenvolvido ao longo da pesquisa mostram como a MINUSTAH foi um instrumento da Paz Liberal no Haiti. As inúmeras violações diretas e indiretas se mostraram reconfiguradoras de marcas do colonialismo, onde foi observado ser um fator fundamental na estruturação das relações de poder exploradoras que perpetuam desigualdades e fortalecem a violência estrutural. Diante disso, a pesquisa reforçou as abordagens críticas de que a MINUSTAH não foi eficiente em estabelecer através de seus objetivos uma paz sustentável no país devido ao seu caráter liberal de não priorizar as condições sociais e históricas.

Analisar um caso como a MINUSTAH requer uma ampliação muito grande de visão de mundo, é necessário observar o conflito de baixo para cima, pois somente assim é possível

chegar a conclusões de como enfrentar as problemáticas existentes. O caso do Haiti é algo diferente do comum às operações de paz. As marcas históricas da exploração colonial e uma série de intervenções externas influenciou em frequentes crises políticas, tornando este caso algo complexo. A fragilidade do estado causada por esses fatores citados, contribuíram para um cenário de extrema desigualdade e embora a ONU defendesse a MINUSTAH como um mecanismo de estabilização, a missão foi amplamente interpretada como uma ocupação estrangeira.

Além disso, uma vez que o desarmamento nas operações era defendido sob a abrangência dos Direitos Humanos e da Segurança Humana, houve desvio nas ações da ONU ao utilizarem da força militar. Mesmo conseguindo reduzir a violência direta, a falta de mudanças estruturais reforçou as vulnerabilidades e abriu espaço para novas crises, e é nisto que fica evidente a ineficácia dos moldes da Paz Liberal. Sendo assim, este estudo reitera a necessidade de repensar as configurações das operações de paz e seu caráter liberal. É fundamental observar o passado e compreender que as estruturas atuais são resultados de séculos de violações e relações de poder desiguais que apenas se remodelam de acordo com o momento histórico. Além disso, é válido ressaltar que a Paz Liberal, fundamentada nos princípios do liberalismo, funciona como um instrumento de manutenção das hegemonias e das hierarquias, falhando em construir uma paz sustentável e reproduzem padrões que podem levar ao colapso.

Como recomendação para futuras pesquisas, sob o enfoque dos estudos feministas, sugere-se analisar de que forma a vida das mulheres foi colocada em situação de insegurança como resultado de diversos abusos, bem como o papel da mulher na construção da paz. Em um olhar crítico, é relevante abordar também a vida das crianças e seu desenvolvimento em um ambiente marcado por violações e inseguranças, destacando a necessidade de incluir os indivíduos infanto-juvenis nas análises das Relações Internacionais. Ademais, é fundamental explorar a atuação das forças latino-americanas em missões internacionais, uma vez que sua participação pode gerar impactos significativos nas políticas externas dos países envolvidos, influenciando dinâmicas regionais e globais. Por fim, essas pesquisas podem contribuir para a construção de alternativas mais eficazes na resolução de conflitos e para uma compreensão mais aprofundada dos mesmos, evidenciando a relevância de examinar as estruturas sociais e políticas de maneira crítica

REFERÊNCIAS

ARENDDT, H. *On violence*. [s.l.] Stellar Classics, 1970.

AUTESSERRE, S. *Peaceland: Conflict Resolution and the Everyday Politics of International Intervention*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

BALDWIN, D. A. *Security Studies and the End of the Cold War*. *World Politics*, v. 48, n. 1, p. 117–141, out. 1995.

BANDEIRA, C. **História da ONU**. Disponível em: <https://infoonu.wordpress.com/2012/11/16/historia-da-onu/>. Acesso em: 10 jan. 2025.

BARANYI, S. *Introduction: Peacebuilding and Reconstruction in Haiti*. *Journal of Peacebuilding & Development*, v. 6, n. 3, p. 3–16, jan. 2011.

BARNETT, M. *Eyewitness to a Genocide: The United Nations and Rwanda*. Ithaca: Cornell University Press, 2002.

BELLAMY, A. J.; WILLIAMS, P. D. *Understanding Peacekeeping*. 2. ed. Cambridge: Polity Press, 2010.

BELLEGARDE-SMITH, P. Haiti. [s.l.] *Canadian Scholars' Press*, 2004.

BHATT, K.; GRANDIN, G. *The Nation: Why The U.N. Troops Should Leave Haiti*. NPR, 29 set. 2009. Disponível em: <https://www.npr.org/2011/09/29/140914125/the-nation-why-the-u-n-should-leave-haiti>. Acesso em: 31 jan. 2025.

BICKERTON, C.; CUNLIFFE, P.; GOUREVITCH, A. *Politics Without Sovereignty*. [s.l.] Routledge, 2006.

BLANCO, R. *Del mantenimiento de la paz al proceso de formación del Estado: un esbozo de los esfuerzos de la onu para la paz internacional*. **Foro Internacional**, v. 54, n. 2, p. 266–318, 28 abr. 2014.

BLANCO, R. Normalizando Anormais na Sociedade Internacional: Operações de Paz, Foucault e a Escola Inglesa. **Relações Internacionais**, n. 53, p. 83–107, mar. 2017.

BLANCO, Ramon. *Global Governance and the New Wars: The Changing Nature of Conflict and International Law*. New York: Palgrave Macmillan, 2014.

BOULDEN, J. *Peace Operations and the United Nations*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2004.

BOURGUIGNON, E.; FATTON, R. *Haiti's Predatory Republic: The Unending Transition to Democracy*. *The Antioch Review*, v. 61, n. 1, p. 180–180, 1 jan. 2003.

BOUTROS BOUTROS-GHALI. *An agenda for peace*, 1995. New York: United Nations, 1995.

BRANDÃO, A. P. A Segurança Humana em Debate: *Human Security in Debate. Perspectivas - Journal of Political Science*, v. 1, p. 105–116, 1 maio 2005.

CAVALCANTE, F. Sucesso ou fracasso? Uma avaliação dos resultados da MINUSTAH. *e-cadernos CES*, n. 06, 1 dez. 2009.

COGAN, M. S.; SAKAI, H. *Alternative Perspectives on Peacebuilding*. [s.l.] Springer Nature, 2022.

CORBELLINI, M. D. **Haiti : da crise à MINUSTAH**. 2009.

COSTA SILVA, J. K.; FERREIRA NOBRE, F. R. Construção da paz, qual paz? O problema do estreitamento do conceito de paz nas operações de peacebuilding da ONU. *Revista Latinoamericana Estudios de la Paz y el Conflicto*, v. 2, n. 4, p. 65–79, 17 maio 2021.

COUTO, A. C. Segurança e estudos sobre a paz. *Nação e Defesa*, 1 jan. 2000.

COX, R. W. *Gramsci, Hegemony and International Relations: An Essay in Method*. Millennium: *Journal of International Studies*, v. 12, n. 2, p. 162–175, jun. 1983.

COX, R. W. *Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory*. Millennium: *Journal of International Studies*, v. 10, n. 2, p. 126–155, jun. 1981.

CUENCA, A. M. B.; ANDRADE, M. T. D.; NORONHA, D. P.; FERRAZ, M. L. E. F. *Guia de apresentação de teses*. 2. ed. São Paulo: A Biblioteca, 2008.

DA SILVA, A. P. R. Colonialidade, capitalismo racial e modernidade: a centralidade e a invisibilidade do Haiti. *Sociologias Plurais*, v. 9, n. 1, 31 jan. 2023.

DALLAIRE, R. *Shake Hands with the Devil: The Failure of Humanity in Rwanda*. Boston: Da Capo Press, 2003.

DEVLIN B. O entendimento de paz nas relações internacionais e suas críticas: Da paz liberal à paz híbrida. *Revista de Estudos Internacionais*, v. 11, n. 1, p. 53–79, 26 jan. 2020.

DIEHL, P. F.; DRUCKMAN, D. *Evaluating Peace Operations*. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2010.

DUFFIELD, M. *Global Governance and the New Wars: The Changing Nature of Conflict and International Law*. London: Zed Books, 2001.

DURANS, C. A.; SANTOS, R. E. Haiti: significado histórico, realidade e perspectivas. *Revista de Políticas Públicas*, São Luís: Universidade Federal do Maranhão, v. 20, n. 1, p. 127-133, 2016.

EVANS, G. J.; SAHNOUN, M. *The Responsibility to Protect : Research, Bibliography, Background*. Ottawa: International Development Research Centre, 2001.

EVANS, G. *The Responsibility to Protect: Ending Mass Atrocity Crimes Once and for All*. Washington, D.C.: Brookings Institution Press, 2008.

- FAGANELLO, P. **Operações de manutenção da paz da ONU: de que forma os direitos humanos revolucionaram a principal ferramenta internacional da paz.** Brasília: FUNAG, 2013.
- FAUCHALD, O. K. *Peacebuilding Functions of International Environmental Governance. **Environmental Policy and Law***, v. 51, n. 1-2, p. 91–95, 21 maio 2021.
- FORTNA, V. *Does Peacekeeping Work? Shaping the Global Field of Peace Operations.* Princeton: Princeton University Press, 2008.
- FOUCAULT, M. *Security, Territory, and Population. lectures at the Collège de France, 1977-1978.* [s.l.] Picador Usa, 2007.
- FOUCHARD, Louis. **A paz como colonialidade do poder: uma análise crítica do processo de construção da paz no Haiti (2004-2017).** 2022. Dissertação de mestrado. UNILA. 2022.
- FRANCK, S. **Globalização neoliberal e lutas populares no Haiti: crítica à modernidade, sociedade civil e movimentos sociais no estado de crise social haitiano.** 2009.
- FRANCK, S. Racismo e desumanização no haiti. *Educere et Educare*, v. 10, n. 20, 1 jan. 2015.
- GALTUNG, J. *Violence, Peace, and Peace Research. **Journal of Peace Research***, v. 6, n. 3, p. 167–191, set. 1969.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- GORENDER, J. O épico e o trágico na história do Haiti. *Estudos Avançados*, v. 18, n. 50, p. 295–302, abr. 2004.
- GROS, J.-G. Haiti: *The Political Economy and Sociology of Decay and Renewal. **Latin American Research Review***, v. 35, n. 3, p. 211–226, 2000.
- GUERRA, L.; BLANCO, R. A Construção da Paz no Cenário Internacional: Do Peacekeeping Tradicional às Críticas ao Peacebuilding Liberal. *Carta Internacional*, v. 13, n. 2, 5 out. 2018.
- GUERRA, L.; BLANCO, R. MINUSTAH como Missão Civilizatória: Análise da Política Internacional para a Estabilização do Haiti. *Revista de Estudos Internacionais*, v. 8, n. 3, p. 259–275, 12 maio 2017.
- HELMAN, G. B.; RATNER, S. R. *Saving Failed States. **Foreign Policy***, v. 89, n. 89, p. 3–20, 1992.
- HERZ, M.; HOFFMAN, A.; TABAK, J. **Organizações Internacionais.** [s.l.] Elsevier Brasil, 2015.
- HUMAN DEVELOPMENT REPORTS. *Human Development Reports | United Nations Development Programme.* Disponível em: <https://hdr.undp.org/>. Acesso em: 23 jan. 2025.
- JEFFERIES, J. *The United States and Haiti: An Exercise in Intervention. **Caribbean Quarterly***, v. 47, n. 4, p. 71–94, dez. 2001.

JULIANA. Manutenção da paz e resolução de conflitos: respostas das Nações Unidas aos conflitos armados intra-estatais na década de 1990. *Aleph UCLA Undergraduate Research Journal for the Humanities and Social Sciences*, 2 jul. 2009.

KANT, I. *Perpetual peace*. North Charleston, South Carolina: Createspace Independent Publishing Platform, 1795.

KARNS, M.; MINGST, K. *Peacekeeping and the changing role of the United Nations: Four dilemmas*. In: THAKUR, Ramesh. *The United Nations, Peace and Security: From Collective Security to the Responsibility to Protect*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006. p. 2015-237.

KEATING, T.; W. ANDY KNIGHT. *Building Sustainable Peace*. [s.l.] University of Alberta, 2012.

KEMER, T.; PEREIRA, A. E.; BLANCO, R. A construção da paz em um mundo em transformação: O debate e a crítica sobre o conceito de *peacebuilding*. *Revista de Sociologia e Política*, v. 24, p. 137–150, 1 dez. 2016.

KEMER, T.; PEREIRA, A. E.; BLANCO, R. A construção da paz em um mundo em transformação: o debate e a crítica sobre o conceito de *peacebuilding*. *Revista de Sociologia e Política*, v. 24, p. 137–150, 1 dez. 2016.

KEOHANE, R. O. *After Hegemony Cooperation is Still Possible*. *The International Spectator*, v. 50, n. 4, p. 92–94, 2 out. 2015.

KNIGHT, F. W. *The Haitian revolution*. *The American Historical Review*, v. 105, n. 1, fev. 2000.

KUSTERMANS, J.; SAUER, T.; SEGAERT, B. *A requiem for peacebuilding?* Cham, Switzerland: Palgrave Macmillan, 2021.

LANGER, A.; BROWN, G. K. *Building sustainable peace: timing and sequencing of post-conflict reconstruction and peacebuilding*. Oxford: Oxford University Press, 2016.

LEDERACH, J. P. *Building Peace: Sustainable Reconciliation in Divided Societies*. *International Journal*, v. 53, n. 4, p. 799, 1997.

LUDWIG, F. J. *Statebuilding: paz ou imperialismo?* *Universitas: Relações Internacionais*, v. 8, n. 2, 21 dez. 2010.

MACQUEEN, N. *The United Nations and Peacebuilding: A Critical Review*. *Journal of Peace Research*, v. 43, n. 2, p. 233-248, 2006.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MATIJASCIC, V. B. *Haiti: uma história de instabilidade política*. Cenário Internacional, São Paulo. 2009.

MEARSHEIMER, J. J. *The Tragedy of Great Power Politics*. New York: W. W. Norton & Company, 2001.

MORGENTHAU, H. J. *Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace*. New York: Alfred A. Knopf, 1948.

NAÇÕES UNIDAS. **Carta das Nações Unidas e Estatuto da Corte Internacional de Justiça**. São Francisco, 1945. Disponível em: <https://www.un.org/en/about-us/un-charter>. Acesso em: 5 dez. 2024.

NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Tradução oficial. 1948. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/human-rights/universal-declaration/translations/portuguese>. Acesso em: 11 dez. 2024.

NEWMAN, E. *The United Nations and Human Security*. Basingstoke, Hampshire: Palgrave, 2001.

NICHOLLS, D. *From Dessalines to Duvalier: Race, Colour and National Independence in Haiti*. Nova Brunswick: Rutgers, 1996.

O'NEILL, D. *The Changing Nature of UN Peacekeeping: From Traditional to Complex Missions*. *International Peacekeeping*, v. 15, n. 4, p. 464-478, 2008.

ONU. **Boutros Boutros-Ghali (Egito)**. Disponível em: <https://unric.org/pt/boutros-boutros-ghali-egito/>. Acesso em: 22 jan. 2025.

ONU. **Situação no Haiti é marcada por isolamento e assassinatos em massa, diz enviada**. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2025/01/1843956>. Acesso em: 1 fev. 2025.

ONU NEWS. **Conselho de Segurança defende ação contra crimes “desestabilizadores” de gangues no Haiti**. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2024/03/1828947>. Acesso em: 17 fev. 2025.

ONU NEWS. **Violência de gangues no Haiti matou mais de 5,6 mil pessoas num ano**. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2025/01/1843231>. Acesso em: 17 fev. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Resolução nº 841, de 16 de junho de 1993**. Disponível em: [https://undocs.org/S/RES/841\(1993\)](https://undocs.org/S/RES/841(1993)). Acesso em: 31 jan. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Resolução nº 861, de 27 de agosto de 1993**. Disponível em: [https://undocs.org/S/RES/861\(1993\)](https://undocs.org/S/RES/861(1993)). Acesso em: 31 jan. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Resolução nº 862, de 31 de agosto de 1993**. Disponível em: [https://undocs.org/S/RES/862\(1993\)](https://undocs.org/S/RES/862(1993)). Acesso em: 31 jan. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Resolução nº 867, de 23 de novembro de 1993**. Disponível em: [https://undocs.org/S/RES/867\(1993\)](https://undocs.org/S/RES/867(1993)). Acesso em: 31 jan. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Resolução nº 940, de 31 de julho de 1994**. Disponível em: [https://undocs.org/S/RES/940\(1994\)](https://undocs.org/S/RES/940(1994)). Acesso em: 31 jan. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Resolução nº 975, de 30 de janeiro de 1995**. Disponível em: [https://undocs.org/S/RES/975\(1995\)](https://undocs.org/S/RES/975(1995)). Acesso em: 31 jan. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Resolução nº 1529, de 29 de fevereiro de 2004**. Disponível em: [https://undocs.org/S/RES/1529\(2004\)](https://undocs.org/S/RES/1529(2004)). Acesso em: 31 jan. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Resolução nº 1542, de 30 de abril de 2004**. Disponível em: [https://undocs.org/S/RES/1542\(2004\)](https://undocs.org/S/RES/1542(2004)). Acesso em: 31 jan. 2025.

PARIS, R. *Human Security: Paradigm Shift or Hot Air?* *International Security*, v. 26, n. 2, p. 87–102, out. 2001.

PARIS, R. *Peacebuilding and the Limits of Liberal Internationalism*. *International Security*, v. 22, n. 2, p. 54–89, out. 1997.

PARIS, R. *At War's End: Building Peace After Civil Conflict*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

PARIS, R.; NEWMAN, E.; RICHMOND, O. P. *New perspectives on liberal peacebuilding*. Tokyo: United Nations University Press, 2009.

PARIS, R. *At War's End: Building Peace After Civil Conflict*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

PATTERSON, D. A.; HENNESSY, J. L. **Organização e projeto de computadores: a interface hardware/software**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

PRIETO OLIVARES, D. F. *El ejército azul: incidencia de la MINUSTAH en la estabilidad y seguridad del Estado haitiano*. *Criterios*, v. 11, n. 1, p. 171–191, 23 out. 2018.

PUGH, M. C. *Peacebuilding's origins and history*. In: KUSTERMANS, J.; SAUER, T.; SEGAERT, B. (org.). *A requiem for peacebuilding?* Cham, Switzerland: Palgrave Macmillan, 2021. p. 17-40.

QUIVY, R.; LUC VAN CAMPENHOUDT. **Manual de investigação em ciências sociais**. Lisboa: Gradiva, 2008.

RICHMOND, O. P. Para além da paz liberal? respostas ao “retrocesso”. *Contexto Internacional*, v. 32, n. 2, p. 297–332, dez. 2010.

RICHMOND, O. P. *Peace: a very short introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2014.

RICHMOND, O. P. *The transformation of peace*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2007.

RICHMOND, O. *A Post-Liberal Peace*. [s.l.] Routledge, 2011.

ROSA, R. D. M. A Construção da Desigualdade no Haiti: experiências históricas e situações atuais. *Universitas: Relações Internacionais*, v. 4, n. 2, 22 out. 2007.

SAMBANIS, N. *Short- and Long-Term Effects of United Nations Peace Operations*. *The World Bank Economic Review*, v. 22, n. 1, p. 9–32, 1 jan. 2008.

SENEHI, J. et al. *Routledge Handbook of Peacebuilding and Ethnic Conflict*. [s.l.] Taylor & Francis, 2022.

SHAWCROSS, W. *Deliver Us from Evil: Peacekeepers, Warlords, and a World of Endless Conflict*. New York: Simon & Schuster, 2000.

SMITH, M. J. *Overpowered: Control and Contingence in Haiti*. *Latin American Research Review*, v. 52, n. 1, p. 197–202, 19 jul. 2017.

THAKUR, R. *The United Nations, Peace and Security: From Collective Security to the Responsibility to Protect*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

TOLEDO, A. “Estados falidos” enquanto discurso colonial. *Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD*, v. 8, n. 15, p. 165–192, 30 jun. 2019.

TOMASSINI, L. *International relations theory: realism, pluralism, globalism*. *Estudios Internacionales*, v. 23, n. 92, p. 538–539, 11 ago. 2011.

TROUILLOT, M.-R. *Silencing the Past: Power and the Production of History*. Boston, Massachusetts: Beacon Press, 1995.

TUCK, C. H. *The “Practice” Problem: Peacebuilding and Doctrine*. *The US Army War College Quarterly: Parameters*, v. 46, n. 2, 1 jun. 2016.

UN. *MINUJUSTH stands ready to support peaceful solutions, devised by Haitians, to find a way out of the political crisis*. Disponível em:

<<https://minujsth.unmissions.org/en/minujsth-stands-ready-support-peaceful-solutions-devised-haitians-find-way-out-political-crisis>>. Acesso em: 17 fev. 2025.

UN. *United Nations peacekeeping operations : principles and guidelines*. New York: United Nations, Department Of Peacekeeping Operations, 2008.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. *Human development report 1994*. New York: Oxford University Press For The United Nations Development Programme (UNDP), 1994.

VALDÉS, J. G. *La Minustah y la reconstrucción del Estado haitiano*. *Estudios Internacionales*, v. 40, n. 159, 1 jul. 2011.

WALTZ, K. N. *Theory of International Politics*. Reading: Addison-Wesley, 1979.

WEISS, T. G.; et al. *The United Nations and Changing World Politics*. Boulder: Westview Press, 2014.

WHEELER, S. *UN Peacekeeping has a Sexual Abuse Problem*. *Human Rights Watch*, 2020. Disponível em:

<https://www.hrw.org/news/2020/01/11/un-peacekeeping-has-sexual-abuse-problem>. Acesso em: 31 jan. 2025.

WILLIAMS, P. D.; MCDONALD, M. *Security Studies: an introduction*. 3. ed. New York: Routledge, 2018

YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZARTMAN, W. **Collapsed states : the disintegration and restoration of legitimate authority**. Boulder: Lynne Rienner, 2007.

ZUKER, F. TROUILLOT, M.R. Silenciando o Passado. **Cadernos de Campo**, v. 28, n. 1, p. 319–324, 28 jun. 2019.